

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LIEGE COUTINHO GOULART DORNELLAS**

**O PROJETO EDUCATIVO DA FUNDAÇÃO VALE: uma
investigação sobre o Programa Escola que Vale**

**Juiz de Fora
2011**

LIEGE COUTINHO GOULART DORNELLAS

**O PROJETO EDUCATIVO DA FUNDAÇÃO VALE: uma
investigação sobre o Programa Escola que Vale.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. André Silva Martins.

**Juiz de Fora
2011**

Dornellas, Liege Coutinho Goulart.

O projeto educativo da Fundação Vale: uma investigação sobre o Programa Escola que Vale / Liege Coutinho Goulart Dornellas. – 2011.
97 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

1. Responsabilidade social. 2. Educação - Brasil. I.
Título.

CDU 658

LIEGE COUTINHO GOULART DORNELLAS

**O PROJETO EDUCATIVO DA VALE: uma investigação
sobre o Programa Escola que Vale.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. André Silva Martins.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Silva Martins (Orientador)

Prof^a. Dr^a. Lúcia Maria Wanderley Neves-
Professora convidada

Prof. Dr. Rubens Luiz Rodrigues

A todos aqueles que
contribuíram
para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força.

A meu querido filho, André Luiz, luz de minha vida; pela compreensão em minha ausência.

À minha família; fortes e dedicados.

A meu Orientador, Dr. André Martins, agradeço por acreditar em meu projeto de estudo, por creditar em mim confiança e autonomia, por amenizar minhas dificuldades, pelo carinho, respeito e compreensão. Por seus escritos. Alguém, singular, que acreditou que 460 km não seriam empecilho para meus estudos e para conclusão desta etapa. Ter acreditado em mim constituiu-se em um antídoto eficaz contra a fraqueza e o desânimo nessa viagem. Dedico a você esta vitória!

Aos colegas de turma 2009 do Mestrado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pela amizade e companheirismo.

Ao Carlos Eduardo, extensivo à Deize e Denise; agradeço pelo apoio e pelas conversas.

Ao Gustavo, meu irmão; pelas intermináveis discussões filosóficas madrugada a dentro.

Ao professor Dr. Rubens, pelo carinho e pelos ensinamentos, bem como por ter aceitado o convite para participar de minha banca.

À professora Dr^a. Lúcia Neves, pelo carinho com o qual me acolheu, por seus escritos e por aceitar meu convite.

Aos meus mestres e amigos, pelos ensinamentos e amizade.

Ao Getúlio, Cidinha e Michele, pessoas especiais do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFJF, os quais sempre com presteza conseguiam solucionar meus problemas.

À Leila, pelas revisões, conversas, disponibilidade e carinho de sempre.

À Cleonice; agradeço pelo acolhimento, pela amizade e pelo amor fraterno.

Aos amigos-professores da Universidade Presidente Antônio Carlos de Governador Valadares (UNIPAC-GV), especialmente aos Professores Rosely Conceição e Ms. Rogério Primo, pelo apoio.

Aos meus alunos, pelo incentivo.

Aos trabalhadores da educação, funcionários da Casa do Professor de Governador Valadares, da Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares (SMED-GV); do Sindicato dos Servidores Municipais (SINSEM-GV), pelo auxílio, Kátia, muito obrigada!

Aos colegas do grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (NETEC/UFJF), pelas tardes de estudos, pelo crescimento coletivo com a mesma finalidade: entender esse novo cenário educacional, bem como pela busca perene de dias melhores para a educação brasileira.

A todos que cruzaram meu caminho nesta trajetória; meus interlocutores.

“O intelectual não cria o mundo no qual vive. Ele já faz muito quando consegue ajudar a compreendê-lo, como ponto de partida para sua alteração real” (Florestan Fernandes, 1980, p. 184).

RESUMO

Nos anos iniciais do século XXI, a noção de responsabilidade social empresarial tornou-se uma estratégia vigorosa de ação pelos empresários em prol do bem comum. A necessidade de ações sociais sustentáveis ganha reforço ao se preocuparem também com a educação, como um dos principais meios para alcançá-lo. Com essa configuração societária, o terceiro setor organiza-se para intervir na sociedade através dos aparelhos privados da hegemonia. Este estudo é resultado de uma pesquisa a partir da análise de um programa educativo realizado pela empresa Vale: o Programa Escola que Vale. Trata-se de um estudo crítico acerca do envolvimento privado nas questões educacionais interpenetrando, por sua vez, a aparelhagem estatal por intermédio da nova estratégia de ação da terceira via para realização de seus projetos, a parceria. Portanto, esta dissertação realiza um estudo sobre um Programa Educativo desenvolvido e financiado pela empresa Vale numa cidade do interior mineiro. O Programa Escola que Vale (EQV) propõe-se a desenvolver cursos de capacitação de professores atuantes no ensino fundamental das redes municipais do país. Esse programa foi estruturado a partir de uma parceria entre o complexo Fundação Vale (FV), o Centro de Educação e a Documentação para Ação Comunitária (CEDAC) e as prefeituras locais. Essa parceria possui uma abrangência grande, com visibilidade em quatro Estados brasileiros (Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais e Pará). Em uma perspectiva de análise do materialismo histórico, este texto propõe-se a desvelar a essência a partir da manifestação do fenômeno. Assim, foi possível analisar de forma crítica a referida parceria.

Palavras-chave: Parceria. Responsabilidade social. Educação.

ABSTRACT

In the early years of Century XXI, the notion of corporate social responsibility became a vigorous strategy action in favor to the common good. The necessity of sustainable social actions earns reinforcement with the worry about education as one of the principal ways to reach them. With this corporate configuration, the third sector is organized to intervene in society through the private devices of the hegemony. This work results of a research from analysis of an educational program performed by Vale Company: School that Vale. It is a critical study that is concerned about private involvement in the educational questions interpenetrating, in its turn, the state apparatus through the new strategy action of the third line to the achievement of its projects, the partnership. Thus, this dissertation makes a study about an educational program developed and funded by Vale Company in a Minas Gerais inner city. The Program School that Vale (EQV) proposes to develop teachers training courses that are active in the basic education of the municipal institutions all over the country. This program was structured from a partnership between the Foundation Vale complex (FV), Documentation and Education Center to the Community Action (CEDAC) and local prefectures. This partnership has a big coverage with visibility in four Brazilian states (Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais and Pará). In an analysis perspective of the historical materialism, this text proposes to unveil the essence from the phenomenon manifestation. Thus, it was possible to make a critical analysis of this specific partnership.

Key-words: Partnership. Social Responsibility. Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Investimento da FV por ano/milhões de US\$	64
Quadro 1	Programas sociais vinculados à Empresa Vale	26
Quadro 2	Programas da FV	54
Quadro 3	Ações da Fundação Vale	56
Quadro 4	Crescimento do EQV no país.	67
Quadro 5	Utilização da Casa do Professor em Governador Valadares.	73
Fluxograma 1	Divisão de trabalho	71
Cronograma 1:	Implantação do EQV.	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM	Amazonas
CEDAC	Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
EQV	Escola Que Vale
ES	Espírito Santo
EUA	Estados Unidos da América
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FV	Fundação Vale
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GV	Governador Valadares
ICMM	<i>International Comitee for Mining e Metals</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITV	Instituto Tecnológico Vale
MA	Maranhão
MG	Minas Gerais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NETEC	Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PA	Pará
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEAS	Programa de Educação Afetivo Sexual
PEP	Programa de Educação Profissional
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PMGV	Prefeitura Municipal de Governador Valadares
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
RJ	Rio de Janeiro
SP	São Paulo
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SME	Secretaria Municipal de Educação
SINDIMINA	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Prospecção, Pesquisa e Extração de Minério no Estado do Rio de Janeiro
SINSEM	Sindicato dos Servidores Municipais
TO	Tocantins
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNIPAC	Universidade Presidente Antônio Carlos
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	12
1	INTRODUÇÃO	15
2	A EMPRESA VALE	20
2.1	A FUNDAÇÃO VALE.....	25
3	O ESTADO E A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO DA TERCEIRA VIA: A PARCERIA COMO UMA NOVA ESTRATÉGIA PARA VIABILIZAR PROCESSOS EDUCATIVOS	29
3.1	ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA NOÇÃO DE PARCERIAS NO CONTEXTO DO ESTADO.....	29
3.2	A PARCERIA COMO PEÇA POLÍTICA ESTRATÉGICA NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO NEOLIBERAL DA TERCEIRA VIA.....	33
3.3	ESTADO NEOLIBERAL DA TERCEIRA VIA NO BRASIL E A PROBLEMÁTICA DAS PARCERIAS.....	39
4	A EMPRESA VALE: PARCERIAS, RESPONSABILIDADE SOCIAL E SOCIABILIDADE	44
4.1	SOBRE AS LINHAS DE ATUAÇÃO.....	48
4.2	FUNDAÇÃO VALE: CONCEPÇÃO, ESTRUTURA E PROJETOS.....	53
4.3	ESTAÇÃO CONHECIMENTO: UM ORGANISMO OPERACIONAL DA FUNDAÇÃO VALE.....	57
4.4	A FUNDAÇÃO VALE E AS PARCERIAS.....	61
5	PROGRAMA ESCOLA QUE VALE	66
5.1	EQV: JUSTIFICATIVA, OBJETIVO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO.....	70
5.2	O EQV: A DIRETRIZ PARA A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES.....	75
5.3	FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DO EQV.....	78
5.3.1	Sobre a pedagogia das competências.....	79
5.3.2	Sobre a “autonomia do professor”.....	83
5.3.3	Sobre as novas atitudes pedagógicas.....	85
5.4	SOBRE A METODOLOGIA DA FORMAÇÃO.....	86
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
	REFERÊNCIAS	91

APRESENTAÇÃO

Em 2003, no município de Governador Valadares (MG), a empresa Vale deu início a um conjunto de ações educativas justificadas sob a égide da responsabilidade social empresarial. Ao longo de oito anos, essas ações foram se tornando mais complexas e cada vez mais integradas à realidade local, sem enfrentar nenhum tipo de crítica ou resistência.

A primeira iniciativa da empresa Vale de que temos registro foi destinada ao enfrentamento de um tema bem específico e de ordem prática: os acidentes causados pela travessia da linha férrea em um bairro da periferia de Governador Valadares.

Os acidentes ferroviários são problemas típicos de muitas cidades do interior de Minas Gerais, Estado que concentra a maior malha ferroviária do país. Parte das populações de bairros periféricos, ou mesmo toda a população de uma cidade, é obrigada, por falta de planejamento urbano, a conviver, cotidianamente, com os riscos do tráfego ferroviário dentro das cidades. Se, no passado, o trem representou o “progresso”, na atualidade, para muitas áreas urbanas, as composições férreas representam uma ameaça permanente à vida, pois as estradas de ferro dividem localidades, dificultando o ir e vir de adultos, jovens e crianças, em suas tarefas diárias. Esta é a realidade de um bairro de Governador Valadares.

Diante do número crescente de acidentes e dos problemas advindos com eles, a empresa Vale procurou “educar” a população de um bairro do município para ter uma convivência “segura” com as grandes composições de minério de ferro que, diariamente, passam pela localidade. Inicialmente, as ações se concentraram em uma escola e foram viabilizadas por meio de cursos e palestras sobre os “cuidados com a travessia da linha do trem”. A proposta foi orientar crianças e, através delas, os adultos sobre noções básicas sobre como conviver seguramente com o risco de travessias sobre a linha férrea. Esta primeira iniciativa foi o marco das ações sociais da empresa na realidade de Governador Valadares.

Nesse processo de aproximação com a população em geral e com a comunidade escolar de modo especial, a empresa Vale patrocinou uma viagem de trem aos alunos do 9º ano de uma escola pública para o Museu do Trem no município de Itabira (MG), berço da empresa Vale.

No ano seguinte, em 2002, a inserção da empresa Vale na realidade educacional de Governador Valadares ganhou novas dimensões. Nesse ano, por meio da Fundação Vale, a empresa desenvolveu o programa educativo intitulado **Programa de Educação Afetivo Sexual (PEAS)**¹ destinado a várias escolas públicas municipais e estaduais do município.

Consolidada as primeiras experiências, em 2003, a empresa Vale, também por meio de sua Fundação, deu início a um projeto mais robusto, destinado à “valorização da qualidade da escola pública”: o **Programa Escola que Vale**.

Nesse período histórico, a noção do significado de responsabilidade social empresarial estava muito longe de minha compreensão, embora estivesse tão perto de minha realidade de professora da escola pública. Contudo, a presença de uma empresa do setor de mineração intervindo na Educação Básica suscitava para mim algumas preocupações e curiosidades. Enquanto muitos viam com “bons olhos” essa aproximação, duas questões me incomodavam: por que a empresa Vale está investindo na educação pública? Que implicações esse tipo de investimento poderá representar para minha escola?

Foi com o objetivo de compreender o significado político e pedagógico da intervenção empresarial da Vale na Educação Básica, em Governador Valadares, que busquei o Mestrado em Educação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Na condição de professora da Educação Básica da rede pública, dediquei-me a investigar para compreender com, mais clareza, a concretude desse movimento, visando apresentar elementos que elucidem as implicações da intervenção empresarial na Educação Básica, especificamente sobre o trabalho pedagógico e a formação humana.

Avaliando minha trajetória de pesquisadora em formação no Mestrado (as disciplinas que cursei e a prática de pesquisa realizada coletivamente no âmbito do Núcleo de estudo sobre Trabalho e Educação (NETEC), sob a coordenação do Prof. Dr. André S. Martins), verifiquei que minha motivação inicial – a realidade de Governador Valadares – embora significativa e relevante, fora ancorada em questões mais amplas, envolvendo a realidade brasileira. Assim, sem perder a

¹ Disponível em:
<<http://www.bmfbovespa.com.br/wrs/FormConsultaProjeto.asp?Soem=39&CodProj=130>>. Acesso em: 13 abr. 2011.

especificidade de meu interesse inicial, pude constatar que a problemática de Governador Valadares – uma realidade que inicialmente eu sentia, mas não compreendia – é, na verdade, a expressão particular de um complexo e desafiador movimento mais amplo: a intervenção empresarial nas questões sociais na realidade brasileira e mundial.

Essa ampliação foi decisiva não somente para ampliar a compreensão do fenômeno em estudo, como também para possibilitar que minha visão de educação e de mundo fosse ampliada significativamente. Acredito que este trabalho revela parte desse movimento de minha trajetória pessoal.

1 INTRODUÇÃO

[...] mostra-se urgente explicar as posições dos homens de negócio, ultrapassando a superfície do discurso empresarial para a educação da classe trabalhadora brasileira (RODRIGUES, 1998, p. 5).

O envolvimento do empresariado industrial com a educação não se constitui em algo novo. Buscando controlar e dirigir a educação da classe trabalhadora, o empresariado brasileiro, desde os primórdios do início do século XX, vem implementando ações para alcançar esse objetivo. No entanto, nos anos iniciais do século XXI, verificamos que existe algo de novo, qual seja: a intensificação, especialização e diversificação das ações destinadas à formação inicial da classe trabalhadora. Nesse processo, destacam-se as parcerias para viabilizar a formação.

Diante dessa constatação de ordem mais ampla, acreditamos que as iniciativas empresariais na educação (escolar e não escolar) revelam a existência de um movimento mais amplo que visa oferecer não somente a formação técnica para o trabalho, mas também a formação ético-política para nortear a vida social. Tal movimento é orientado pela ideologia da responsabilidade social (MARTINS, 2009), uma construção teórico-prática que, em última instância, procura viabilizar a “nova pedagogia da hegemonia” no Brasil (NEVES, 2005).

Apesar de importantes iniciativas pontuais de um ou outro empresário do setor industrial no controle e na formação da força de trabalho no final do século XIX e início do século XX, segundo Rodrigues (1998), foi com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e do Serviço Social da Indústria (SESI), em 1946, que as práticas educativas sobre a classe trabalhadora ganharam maior consistência e abrangência, sendo reforçadas no mesmo período pelo surgimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Social do Comércio (SESC).

Décadas mais tarde, no limiar do século XXI, observamos que as ações educativas dirigidas à classe trabalhadora foram ressignificadas e ampliadas. Novos conteúdos político-sociais e novas estratégias e táticas foram acrescentadas para orientar a formação dos trabalhadores. Nesse processo, a formação técnica e ético-política foi aprimorada, a fim de potencializar a produtividade do trabalho e,

sobretudo, a obtenção do consenso em um contexto social marcado por grandes contradições: (1^a) ao mesmo tempo em que a socialização do trabalho é confirmada, a apropriação privada da riqueza socialmente produzida é intensificada, aprofundando em um novo patamar a exploração da força de trabalho; (2^a) ao mesmo tempo em que as complexidades da sociedade civil são confirmadas e o tema da “participação” se consolida como referência política, a classe trabalhadora é convocada a colaborar com a realização da coesão cívica, afastando-se dos debates e das disputas em torno das principais questões nacionais. É nessa dinâmica que localizamos o objeto deste estudo: o Programa Escola Que Vale (EQV) da Fundação Vale.

A Fundação Vale (FV), responsável pelo EQV, de acordo com a acepção gramsciana, é um aparelho privado de hegemonia responsável por atuar nas “questões sociais”, de acordo com a política traçada pela sua mantenedora: a empresa Vale. A Fundação² nasceu em 2007, isto é, 10 anos após a privatização da estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), ocorrida em 1997, como parte do movimento de reforma da aparelhagem estatal do governo Fernando Henrique Cardoso.

O objetivo desta investigação é compreender o **significado político** e **pedagógico** do EQV e sua realização no município de Governador Valadares. Nesse sentido, a pesquisa procura revelar o conteúdo do projeto educativo da Fundação Vale a partir do EQV, procurando apreender os fundamentos sociológicos e pedagógicos desse programa, que se destina aos trabalhadores em educação e aos filhos da classe trabalhadora em Governador Valadares. De modo particular, pretendemos que esta pesquisa apresente também elementos que contribuam para elucidar o significado político do fenômeno de “parcerias” entre organizações empresariais e aparelhagem estatal na execução da política pública educacional no Brasil.

O EQV é somente um dos programas educativos da Fundação Vale. Ele é apresentado como o articulador de interesses comuns, mas dispersos, em torno de uma educação pública de qualidade. Pode-se afirmar que o EQV busca promover uma sinergia de esforços, conjugando em uma mesma sintonia a necessidade da

² A Fundação Vale existe desde o final do século XX, com projetos ancorados nas questões sociais. Até 2006, possuía o nome de Fundação Vale do Rio Doce, no ano seguinte, assume-se como Fundação Vale, mudança que ocorreu junto à troca do nome da empresa.

aparelhagem estatal em viabilizar uma educação pública de qualidade e o *know hall* técnico-científico da Vale associada a seu compromisso com as “questões sociais”, tudo em nome de uma educação pública e de qualidade.

A perspectiva que orienta os procedimentos de investigação desta pesquisa é o materialismo histórico. Enquanto método de investigação, o materialismo histórico possibilita uma apreensão e interpretação dos fenômenos sociais para além de suas formas aparentes. Possibilita recuperar pelas mediações dados que se manifestam imediatamente de forma desconexa e fragmentada, permitindo uma compreensão crítica das relações sociais que compõem a totalidade (FRIGOTTO, 1991).

O desafio da investigação é estabelecer no plano do concreto-pensado os vínculos orgânicos existentes entre as partes e o todo, entre as formas fenomênicas e as manifestações essenciais que não são captadas pelas percepções. Para esta pesquisa, isso significa que, para se compreender o EQV, não é possível simplesmente considerar as formulações apresentadas por seus formuladores. É necessário inquirir as representações do EQV para apreender o programa em sua manifestação concreta.

Ler os fenômenos sociais, em nosso caso o EQV, pela simples aparência ou manifestação imediata é negar a possibilidade de apreender a realidade de maneira radical. Segundo Kosik (2002, p. 16), “compreender o fenômeno é atingir a essência” histórica desse fenômeno em sua manifestação na realidade concreta.

Apesar de todas as críticas e simplificações que se dirigem ao materialismo histórico, ele é ainda o método que possibilita reproduzir, no plano do pensamento, a realidade em si, sem reduções ou fragmentações dessa realidade. Isso significa que a simples observação do EQV enquanto um fenômeno não é suficiente para elucidar o seu real significado político e pedagógico e apreender suas repercussões na dinâmica social. Como queremos “(...) apreensão radical (que vai à raiz) da realidade (...)” (FRIGOTTO, 1991, p. 73), optamos pelo materialismo histórico como forma de tratar a teoria e prática em sua indissociabilidade.

Além das categorias estabelecidas pelo método como orientadores da reflexão (historicidade, a práxis, a totalidade, a contradição e a mediação), o processo de investigação suscitou a emergência de categorias de conteúdo que possibilitaram a apropriação do objeto, todas elas tratadas ao longo da exposição desta pesquisa.

Com esse movimento de investigação, analisamos documentos primários e secundários relacionados direta e indiretamente ao EQV (relatórios, boletins, jornais, publicações, vídeos, mídias digitais, entre outros), concebendo o *corpus* documental como expressão histórica e social de uma intencionalidade orientada por um projeto societário. Além dos documentos, de forma complementar, ao longo do percurso da pesquisa, realizamos entrevistas semiestruturadas de modo a assegurar a apropriação de dados não revelados claramente nas fontes documentais.

Apesar de nossas limitações, acreditamos ter sido possível apreender o EQV para além da forma aparente como ele se manifesta, revelando, assim, o significado político e pedagógico da intervenção privada na educação pública, em Governador Valadares.

Desejamos cumprir aquilo que Florestan Fernandes (1980, p. 184) sintetizou ao afirmar que: “o intelectual [entendido no caso como pesquisador] não cria o mundo no qual vive. Ele já faz muito quando consegue ajudar a compreendê-lo, como ponto de partida para sua alteração real”.

Esta pesquisa está estruturada em quatro capítulos. O primeiro é destinado a recuperar e analisar, de forma sintética, a trajetória da empresa Vale, de sua fundação até a atualidade, como forma de compreender o surgimento da Fundação Vale. No segundo capítulo, procuramos analisar a construção política das “parcerias”, amplamente utilizada pela Fundação Vale na configuração e dinâmica do Estado neoliberal da Terceira Via. Nesta parte, a partir do conceito gramsciano de Estado ampliado, procuramos analisar o significado e a finalidade política dessa construção, dialogando com Bresser Pereira e Anthony Giddens.

No terceiro capítulo, intitulado “A empresa Vale: parceria, responsabilidade social e sociabilidade”, trataremos da inserção da Vale nas ações de responsabilidade social. Serão realizadas análises dos organismos que compõem o setor de sustentabilidade da empresa. Na área de projetos sociais, abordaremos as ações da Fundação Vale, bem como as ações de parceria.

No quarto e último capítulo, trataremos, especificamente, da FV e de seu programa educativo relacionado à educação: o Escola que Vale. A partir das ações políticas, com um viés pedagógico, pretendemos analisar os aparelhos privados da hegemonia envolvidos no processo. A criação da Casa do Professor, a metodologia e fundamentação pedagógica da formação continuada pelo programa de formação.

Por meio de documentos oficiais, analisaremos os movimentos pertinentes à parceria FV/CEDAC/ SMED e as possíveis implicações na formação humana.

2 A EMPRESA VALE

A Vale é uma das mais importantes empresas mineradoras do mundo. Além das unidades no Brasil, possui inserção em vários países, por exemplo, Canadá, Austrália, China, Cingapura, Coreia do Sul, Japão e Suíça. Sua atividade econômica principal se concentra no beneficiamento e comercialização do minério de ferro, níquel, carvão, bauxita, alumina, alumínio, potássio, caulim, manganês e ferroligas. Seus produtos estão presentes em diversos objetos – utensílios domésticos, televisores, celulares, automóveis e materiais da construção civil – o que potencializa sua inserção econômica mundial de maneira significativa nesses tempos em que o consumo de bens duráveis cresceu significativamente.

A Vale pode ser considerada uma das expressões de maior relevo do processo de industrialização no Brasil iniciado na Era Vargas. A empresa foi criada em 1942, a partir de uma negociação entre o governo brasileiro e o governo estadunidense, envolvendo também o governo inglês.

Em plena Segunda Guerra Mundial, houve a necessidade de localizar um fornecedor de minério de ferro para produção de armamentos em uma área segura e livre dos conflitos bélicos. Dessa forma, o governo dos Estados Unidos da América (EUA) ordenou, junto ao governo brasileiro, a criação de uma empresa pública de exploração de minérios, viabilizando, nesse movimento, um vultoso empréstimo financeiro, o repasse de tecnologia e apoio técnico-científico para estruturação das atividades. Nesse processo, surgiu a empresa mineradora estatal Companhia Vale do Rio Doce, como parte de um movimento mais amplo de criação de outras estatais, por exemplo, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), criada por decreto presidencial em 1941, cujas operações foram iniciadas em 1946.

Para viabilizar a criação da CVRD, o governo brasileiro estatizou a empresa de capital inglês, a *Itabira Iron Ore Company*, em atividade no Brasil desde 1911, pioneira no setor de mineração em Minas Gerais e proprietária de, praticamente, todas as áreas que possuíam minérios de ferro no Estado desde 1909.

Segundo Mynaio (1986, p. 49), a CVRD foi criada em um contexto de guerra:

[...] através do chamado “Acordo de Washington”, entre os Estados Unidos, a Inglaterra e o Brasil, celebrado a 03 de março de 1942. [...]

À Inglaterra cabe devolver ao Brasil, sem qualquer ônus, o grupo de jazidas de minério de ferro do estado de Minas Gerais, compradas anteriormente pelo British Itabira Company. [Coube ao Brasil] criar uma empresa para assumir as jazidas, encampar a Estrada de Ferro Vitória-Minas [...] a exportação, com exclusividade, durante três anos, de 1.500.000 ton./ano de minério de ferro para a Inglaterra e os Estados Unidos. Por sua vez, o governo norte-americano se compromete a fornecer equipamentos e técnicos para dirigir as obras de restauração da estrada de ferro e a mecanização da mina e conceder empréstimos através do Eximbank [...].

Como empresa estatal, ocupando um papel bem definido na divisão internacional do trabalho, a CVRD atuou em parceria com a CSN, para subsidiar as demandas apresentadas pelo governo estadunidense e inglês.

Ao longo dos anos, a CVRD foi sendo ampliada, tendo desenvolvido ações na área de logística a fim de viabilizar a extração, o beneficiamento e o transporte ferroviário e marítimo. A criação da CVRD revela o importante papel econômico do Estado no fortalecimento do capitalista monopolista no século XX, tendo contribuído com o padrão desenvolvimentista definido nos anos de 1930. Seu grande crescimento se deu nos anos de 1960, quando a empresa traçou relações comerciais com o Japão e outros países, apresentando preços atrativos no mercado internacional de minérios.

Nos anos dos governos ditatoriais do pós-1964, a CVRD deu novos passos. Em 1964, criou a Itabira Elisenerz GmbH, subsidiária, localizada na Alemanha, expandindo seus negócios sem intermediários. Já em 1966, inaugurou o porto de Tubarão em Vitória (ES) para facilitar o escoamento de sua produção no Brasil. Um ano mais tarde, depois de vários estudos, descobriu a jazida de minério em Carajás (PA), permitindo um crescimento significativo de sua produtividade. Após 18 anos da descoberta da jazida, foi inaugurada a Estrada de Ferro Carajás para escoamento da produção.

Em síntese, podemos afirmar que a empresa passou pelas seguintes fases: implantação, na década de 1940; crescimento, na década de 1950; expansão, na década de 1960; e consolidação, nas décadas de 1970 e 1980, quando assumiu a liderança do mercado de minério no mundo; reestruturação, com a privatização em 1997.

A CVRD foi privatizada no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 7 de maio de 1997, após dois anos do início de um plano de reforma da aparelhagem estatal orientado pelos princípios neoliberais. Ela foi comprada por um consórcio liberado pelo grupo que havia adquirido a CSN no mesmo programa de privatização, com 58,27% das ações, sendo os 41,73% das ações restantes da União, em um processo em que os valores na negociação foram bem abaixo do que realmente valiam. O governo Fernando Henrique Cardoso justificou a privatização das empresas públicas em nome da otimização da gerência da aparelhagem estatal, considerando tais empresas como deficitárias, portanto, onerosas ao fundo público.

Segundo Godeiro et al. (2007, p. 12), em 1998, somente um ano após a privatização, a empresa “aumenta seu lucro em 46%, provando que não foi a privatização que tornou a empresa rentável”. Isso revela que a justificativa para a privatização não foi verdadeira.

Nos anos seguintes à privatização, a CVRD cresceu muito no mercado internacional, assumindo, em 2003, uma parceria com uma grande empresa de logística, a Mitsui. Ainda de acordo com Godeiro et al. (2007), a Vale alcançou o maior lucro de sua história em 2003, contrastando com o insignificante valor envolvido no pagamento da operação de privatização: R\$ 4,509 bilhões³. Para Biondi (2000), a privatização foi um grande negócio para um grupo privado e um inestimável prejuízo para o fundo público.

Os dados de 2007, disponíveis na página eletrônica da empresa⁴, revelam que, entre as ações disponibilizadas nas Bolsas de Valores, 67% foram negociadas na Bolsa de Nova York e 33% aqui no Brasil, na Bolsa de São Paulo. Isso comprova que a empresa, apesar de sua finalidade ser a atividade mineradora, vem fortalecendo o processo de financeirização da economia mundial nos termos apresentados por Chesnais (2005).

No mesmo ano, a empresa resolveu reposicionar sua marca no mercado mundial, eliminando a denominação de Companhia Vale do Rio Doce, a logomarca e a sigla CRVD passa ser somente: VALE. Tal medida pode ser interpretada como

³ Nesse mesmo processo, vale destacar a crítica ao processo de privatização da CSN apresentado por Coutinho (2008). O autor discorda dos argumentos relacionados à falência da CSN e afirma que tal processo, se, de fato, ocorreu, foi derivado da forma como a estatal foi gerida. Coutinho explica que, na verdade, a crise da CSN foi gerada “simplesmente porque vendia aço a preço subsidiado para aumentar o lucro das montadoras transnacionais sediadas no Brasil” (Ibid., p. 125). Esse movimento, em sua particularidade, representa o claro subsidiamento do capital privado pelo fundo público.

⁴ Ver: <<http://www.vale.com/pt-br/conheca-a-vale/nossa-trajetoria/paginas/default.aspx>>.

uma jogada de *marketing* que procurou sinalizar a modernização e preparar a população para aceitar mais passivamente suas investidas nas áreas econômicas e sociais.

A liderança no setor de mineração foi confirmada ao longo dos anos 2000. Utilizando-se do novo *slogan* **O Brasil que Vale!**, a empresa passou a ser rerepresentada como de “interesse nacional”, apesar de seu caráter privado, destinado a atender os interesses de seus acionistas e controladores.

É importante lembrar que, para além das manifestações fenomênicas, a empresa Vale explora a força de trabalho direta e indiretamente, ao potencializar a financeirização da economia, e busca obter lucro a todo custo não medindo esforços para isso.

Por esse motivo, é necessário considerá-la na luta de classes e na contradição da sociedade capitalista:

A luta de classes não é apenas o confronto armado das classes, mas está presente em todos os procedimentos institucionais, político, policiais, legais, ilegais de que a classe dominante lança mão para manter sua dominação, indo desde o modo de organizar o processo de trabalho (separando os trabalhadores uns dos outros e separando a esfera de decisão e de controle do trabalho da esfera de execução, deixando esta última para os trabalhadores) e o modo de se apropriar dos produtos (pela exploração da mais-valia e pela exclusão dos trabalhadores do usufruto dos bens que produziram), até as normas do Direito e o funcionamento do Estado. Ela está presente também em todas as ações dos trabalhadores da cidade e do campo para diminuir a dominação e a exploração, indo desde a luta pela diminuição da jornada de trabalho, o aumento de salários, as greves, a criação de sindicatos livres até a formação de movimentos políticos para derrubar a classe dominante. A luta de classes é o cotidiano da sociedade civil (CHAUÍ, 1980, p. 75).

Nessa perspectiva, identificamos que a atividade da Vale vem provocando reações de grupos sociais atingidos direta ou indiretamente pelas suas ações. Esse movimento ganhou consistência com a criação da organização intitulada “Atingidos pela Vale”.

Esse organismo é composto por diferentes organizações e grupos sociais ligados à classe trabalhadora. A linha de intervenção se baseia na mobilização e faz denúncias, procurando tornar público o impacto das atividades da empresa sobre o

meio ambiente e sobre as condições de vida de trabalhadores e das comunidades em que a Vale desenvolve suas atividades.

De acordo com dados presentes no organismo “Atingidos pela Vale” (2010, [não paginado]), a empresa:

[...] usa as mesmas táticas com as populações em todo o mundo. Ele pressiona, ameaça, coopta agentes públicos, chegando até a fazer uso de milícias e forças militares para garantir seus “investimentos”. Em muitos lugares, a empresa financia campanhas eleitorais, zoneamentos ecológicos e planos diretores de municípios, numa completa inversão do princípio da gestão política e governamental soberana dos interesses públicos pela sociedade.

Esse movimento social organizou, no Rio de Janeiro, o I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, no mês de abril de 2010, para lançar um documento intitulado Dossiê sobre Impactos e Violações da Vale, procurando revelar que suas ações vêm criando problemas sistemáticos para a vida humana.

Esse organismo envolve a mobilização de trabalhadores de diferentes movimentos sociais de vários Estados brasileiros (Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, São Paulo, Ceará, Maranhão e Rio de Janeiro) e de outros países (Peru, Canadá, Alemanha, França, Chile, Argentina, Moçambique, Indonésia e Nova Caledônia).

O evento citado acima produziu um documento intitulado “Carta Internacional dos Atingidos pela Vale”, assinada por 89 organizações, 6 universidades e 2 partidos políticos⁵. Em linhas gerais, o documento propõe apresentar um movimento de resistência, denúncias e um chamamento internacional para a construção de alternativas a essa forma de crescimento econômico. Isso fica evidenciado em uma passagem da carta: “estamos aqui porque acreditamos na humanidade e na sua capacidade de luta” (ATINGIDOS PELA VALE, 2010, [não paginado]).

⁵ O documento “Carta Internacional dos Atingidos pela Vale” possui participantes do movimento, sendo esses responsáveis pela elaboração da referida Carta e advindos de diferentes países: Alemanha, Brasil, Canadá, Chile, Equador, França, Itália, Moçambique, Nova Caledônia, Peru e Taiwan. Vale lembrar que a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Prospecção, Pesquisa e Extração de Minério no Estado do Rio de Janeiro (SINDIMINA-RJ), o Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras Ferroviários (MA, PA e TO) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) são alguns dos representantes do Movimento dos Atingidos pela Vale.

Esses dados evidenciam que a “importância” da Vale é questionada, e que suas ações fortalecem um determinado projeto de sociedade e não uma concepção unitária de mundo.

2.1 A FUNDAÇÃO VALE

Alguns fatores sócio-político-econômicos da conjuntura nacional e internacional foram decisivos para que a empresa Vale criasse a Fundação Vale. Entre eles, identificamos três fatores centrais. O primeiro se refere ao aprofundamento da concorrência intercapitalista que estabelece, concomitantemente, novos padrões de eficiência e produtividade que buscam criar menos impactos nocivos ao meio ambiente e à vida humana. O segundo se relaciona à necessidade que a empresa tem de resolver e/ou acomodar conflitos sociais gerados pela sua atividade econômica, sem deixar que tais tensões “manchem” a marca consolidada no mercado. O terceiro fator se refere à reorganização da classe empresarial no Brasil e no mundo que buscou assumir de forma mais clara nos anos de neoliberalismo da Terceira Via a construção da hegemonia burguesa.

A descrição sobre os objetivos da Fundação Vale apresentados em documentos oficiais são bem claros: a FV foi constituída para “fortalecer o capital humano e contribuir para o desenvolvimento social e econômico das comunidades, potencializando os investimentos sociais [e por que não econômicos?] da Vale” (FUNDAÇÃO VALE, 2010, p. 2).

A perspectiva de atuação desse organismo envolve ações em municípios e localidades nos quais a empresa atua, basicamente, por meio de parcerias com instâncias da aparelhagem estatal e com outras organizações da sociedade civil, para promover o que é denominado de “sustentabilidade econômica e social” em nome do “bem-comum”.

Com esses objetivos, a FV integra importantes redes empresariais, entre elas⁶: Instituto Ethos de Responsabilidade Social; Conselho Empresarial Mundial

⁶ Disponível em: <<http://www.vale.com/vale/cgi/cgilua.exe/sys/star.htm?sid=214>>. Acesso em: 22 abr. 2009.

para o Desenvolvimento Sustentável; Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE); Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS); *International Comitee for Mining e Metals* (ICMM).

A análise de dados da FV nos levou à construção do Quadro 1, a seguir. na intenção de oferecer uma visão geral dos programas sociais vinculados à empresa:

DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL	
PROGRAMAS	FOCO
Rede que Vale	Profissionalização e encaminhamento de jovens ao mercado de trabalho.
Vale Juventude	Educação de adolescentes, envolvendo as temáticas sexualidade e protagonismo juvenil.
Vale Música	Promoção da arte musical em comunidades pobres.
Brasil Vale Ouro	Identificação e preparação de atletas em modalidades olímpicas.
Museu Vale	Programa de preservação da história do universo ferroviário.
Trem da Vale	Educação patrimonial.
Voluntários Vale	Mobilização de funcionários para o trabalho voluntário.
GESTÃO PÚBLICA	
PROGRAMAS	FOCO
Vale Alfabetizar	Educação de jovens e adultos analfabetos.
Ação Saúde	Apoio à saúde materno-infantil.
Novas Alianças	Assessoria aos Conselhos Municipais de Direitos das Crianças e Adolescentes.
Ação Educação ⁷	Apoio às Secretarias Municipais de Educação na formulação de Política Educacional em quatro temas: gestão escolar, formação continuada, práticas pedagógicas e infraestrutura.
Escola que Vale	Formação profissional em serviço para professores, supervisores e diretores de Escolas Públicas.

Quadro 1: Programas sociais vinculados à Empresa Vale.
Fonte: a autora (2010).

Todos os programas da FV são viabilizados por meio de parcerias com instâncias da aparelhagem estatal e com organismos da sociedade civil e, como já

⁷ Trata-se de um programa novo iniciado em [2009].

foi afirmado anteriormente, buscam oferecer uma contribuição ao desenvolvimento econômico e social de municípios em que a empresa Vale atua. O programa Escola Que Vale, objeto desta pesquisa, é um caso exemplar desse processo.

No âmbito do EQV, a FV estabeleceu parcerias com Secretarias de Educação dos seguintes municípios de quatro Estados: Belo Vale (MG), Eldorado do Carajás (PA), Baixo Guandu (ES), Açailândia (MA), Alto Alegre do Pindaré (MA), Aimorés (MG), Barão de Cocais (MG), Barcarena (PA), Canaã dos Carajás (PA), Catas Altas (MG), Congonhas (MG), Curionópolis (PA), Ipixuna do Pará (PA), João Neiva (ES), Marabá (PA), Paragominas (PA), Rio Piracicaba (MG) e São Gonçalo do Rio Abaixo (MG) e Governador Valadares (MG).

Além dessas parcerias com instâncias municipais da aparelhagem estatal, para viabilizar o EQV, a FV estabeleceu também uma parceira com o **Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária (CEDAC)**. Trata-se de uma organização da sociedade civil, detentora do título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)⁸, que atua na educação pública desde 1997, por meio da venda de projetos e serviços de assessorias educacionais para Prefeituras Municipais e organizações empresariais⁹. De acordo com a acepção gramsciana, trata-se de um aparelho privado de hegemonia, especializado na área educacional. Ao longo de sua trajetória, o CEDAC estabeleceu várias ações, inclusive junto ao Ministério da Educação no período de governo Fernando Henrique Cardoso. No período do governo Lula, o CEDAC afirmou ser “a principal articuladora entre Ministério da Educação, rede pública de ensino e financiadores, no âmbito dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação”¹⁰.

No município de Governador Valadares, o EQV foi iniciado com um “projeto piloto” realizado entre agosto de 1999 e julho de 2002 (CEDAC, 2002 a), tendo sido implantado, plenamente, em 2003.

Existe uma divisão de trabalho na rede formada para viabilizar o EQV. À **Fundação Vale** cabe: selecionar municípios; estabelecer convênios com Prefeituras; definir as metas, os fundamentos gerais e o cronograma de execução do programa.

⁸ Segundo a Lei nº. 9.790, as OSCIPs são associações sem fins lucrativos, de direito privado, aptas a captar recursos públicos federais para realização de programas a partir de diretrizes estabelecidas nas políticas sociais de cada Ministério das áreas sociais.

⁹ Em 2010, o CEDAC passou a ser denominado Comunidade Educativa CEDAC. Em 2009, o CEDAC movimentou recursos na ordem de três milhões de reais. Para mais informações sobre esse organismo, ver: <<http://www.comunidadeeducativa.org.br>>.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.comunidadeeducativa.org.br/noticia-interna.aspx?IDNoticia=67>>. Acesso em: 8 mar. 2010.

Às **Prefeituras**, por meio de suas Secretarias Municipais de Educação, cabe: oferecer espaço para instalação da sede do programa no Município – a chamada *Casa do Professor* –; fornecer técnicos (pedagogos) para o funcionamento desse espaço de referência, onde acontecem os cursos de capacitação; formar equipes pedagógicas no âmbito das Secretarias para atuar no desenvolvimento do programa; mobilizar os diretores, coordenadores e professores da rede municipal para as capacitações. A função do **CEDAC** consiste em: transformar os fundamentos gerais estabelecidos pela FV em fundamentos pedagógicos do programa, envolvendo a preparação do material didático e dos cursos; capacitar equipes locais para atuação na linha de frente do programa – técnicos das Secretarias de Educação e da *Casa do Professor* –; oferecer acompanhamento pedagógico ao pessoal envolvido na execução do programa; monitorar e avaliar todas as etapas do programa.

A partir dessa descrição sumária do papel de cada um dos “parceiros”, é possível verificar que as Secretarias Municipais de Educação se subordinam, integralmente, às diretrizes políticas e pedagógicas estabelecidas pelo EQV, passando a delimitar sua política de formação continuada de professores, coordenadores e diretores a partir das determinações estabelecidas pelo complexo FV/CEDAC.

Além do CEDAC, das Prefeituras e dos organismos citados anteriormente, a FV possui outros parceiros. Entre eles é possível elencar: Ferrovias Centro-Atlântica (MG); Santa Rosa Bureau; Instituto Aliança (PA), Martins Pereira Consultoria Educacional (MG); Canal Futura (RJ) SESI (ES, MA, MG e PA); Alfabetização Solidária (RJ); Associação de Amigos da Orquestra Filarmônica do Espírito Santo (ES); Centro Cultural Caieiras (ES); Instituto Homem Pantaneiro (MS); Fundação Amazônica de Música (AM); Rede Cidadã; Portal do Voluntário (RJ), Iniciativa Brasil (SP), Voluntários e Comunidades; Agência de Notícias dos Direitos da Infância (MG) e Fundação Avina.

Os elementos identificados revelam que a FV vem contribuindo, desde sua criação, para a complexidade das relações sociais existentes no Brasil, aprofundando em larga escala a ideologia da responsabilidade social na reorganização da cultura capitalista no século XXI, a partir da noção de “parcerias”.

3 O ESTADO E A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO DA TERCEIRA VIA: A PARCERIA COMO UMA NOVA ESTRATÉGIA PARA VIABILIZAR PROCESSOS EDUCATIVOS

A compreensão crítica do EQV só pode ser realizada na totalidade concreta. E, para que isso ocorra, é necessário que esse programa e sua estratégia de operacionalização – as parcerias – sejam analisadas na configuração e dinâmica do Estado capitalista brasileiro na atualidade. Em outras palavras, uma análise crítica que revele os fundamentos sociológicos e pedagógicos do programa EQV precisa ultrapassar o plano da aparência, compreendendo a noção de parcerias como uma construção recente.

Assim, analisar o EQV, no contexto da nova arquitetura do Estado (ampliado) e sua dinâmica, a partir da problemática “parcerias”, é fundamental para apreender suas particularidades e implicações técnicas ético-políticas na educação pública.

3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA NOÇÃO DE PARCERIAS NO CONTEXTO DO ESTADO

(...) o capital privado é essencial para o investimento social.
(GIDDENS, 2001, p. 42)

O neoliberalismo nasce como “uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (ANDERSON, 1995, p. 9), surgido logo após a Segunda Guerra Mundial, nos Estados Unidos e na Europa. Essa doutrina consiste em um:

[...] ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 2000, p. 9).

Hayek (1987), um dos principais intelectuais orgânicos da burguesia e articulador do neoliberalismo ortodoxo, acreditava que os mecanismos de controle sobre a economia e as questões sociais se constituiriam como um caminho para a “servidão moderna”. Com efeito, a superação dessa condição política só viria com a plena e incondicional liberdade de mercado e valorização da propriedade privada, o que significava uma profunda reforma do Estado. A proposta contida no projeto neoliberal era permitir que a economia fosse regida pela “mão invisível”, sem qualquer tipo de restrição ou controle às forças do capital, e que somente assim seria possível à humanidade alcançar a “verdadeira” justiça social.

Ao longo dos anos da “era de ouro”, o projeto neoliberal obteve pouca penetração no cenário político mundial, ficando restrito ao debate e a reflexões de certas frações da classe empresarial e pequenos grupos de intelectuais orgânicos dessas frações.

A partir da crise econômica deflagrada no bloco de países capitalistas, em 1973, em que se observou uma queda significativa na taxa de lucro, as idéias neoliberais passaram a atrair outros grupos sociais que desejavam buscar a sobrevivência do modo de produção capitalista da existência humana. Nesse contexto, as idéias neoliberais ganharam visibilidade como doutrina superior ao keynesianismo¹¹, passando a orientar a mobilização da classe empresarial e a organização das alianças políticas para as disputas eleitorais no final da década de 1970.

O complexo processo de reestruturação do Estado e da economia capitalista na perspectiva neoliberalizante exigiu a repressão e o desmonte das organizações dos trabalhadores e restrições de gastos públicos nos temas sociais, justamente para que se evitem barreiras à plena expansão do livre mercado (ANDERSON, 2000). Além disso, o projeto indicava que:

(...) a estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessário uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar e, a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas

¹¹ Em linhas gerais, o keynesianismo é uma concepção político-econômica que orientou a reorganização dos Estados capitalistas depois da Crise de 1929.

fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos” (ANDERSON, 2000, p. 11).

Para o projeto neoliberal, o Estado se constituía em uma esfera de poder legítimo, que deveria organizar a sociedade de maneira a assegurar o perfeito funcionamento do mercado, preservando o direito à liberdade, à propriedade e à justiça social. Nesse contexto, as parcerias, como aquelas promovidas pela Fundação Vale nos anos 2000, não constavam da pauta política de organismos empresariais e do bloco no poder. Ao contrário, a noção de parcerias, certamente, seria considerada nociva à liberdade de mercado, criando obstáculos à realização da justiça social. Aliás, para a doutrina neoliberal, a responsabilidade de uma empresa se limita a gerar lucros para os acionistas, pagar impostos e salários aos seus “colaboradores”, não lhe cabendo outro papel.

A conversão dessas idéias em referências políticas, em processos eleitorais, transformou os anos de 1980 no cenário de “[...] triunfo mais ou menos incontestado da ideologia neoliberal da nova região do capitalismo avançado” (ANDERSON, 2000, p. 12). Entre essas vitórias, destacaram-se: em 1979, na Inglaterra, a vitória eleitoral do Partido Conservador, o que permitiu a instalação do governo Thatcher; em 1980, nos Estados Unidos, a vitória do Partido Republicano, que viabilizou o governo Reagan; em 1982, na Alemanha, a vitória da aliança conservadora formada pela União Democrática Cristã e Partido Livre Democrático, que viabilizou o governo Kohl.

Esse quadro foi decisivo para as políticas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional para que a América Latina e o Caribe fortalecessem os fundamentos neoliberalizantes também em vários países periféricos, como referência para a retomada do crescimento econômico do bloco capitalista. Os fundamentos políticos, sociais e econômicos do neoliberalismo passaram a ser difundidos como sinônimos de “modernização”.

Ao realizar um balanço sobre o período de aplicação do projeto neoliberal no mundo, Anderson (2000, p. 23) constatou que:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente,

ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Politicamente e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas.

Em função de seu fracasso econômico e das tensões políticas produzidas pelo impacto nas questões sociais, em diferentes países (aumento do desemprego, políticas sociais focalizadas, diminuindo a proteção social, intensificação da exploração do trabalho, etc.), o projeto ortodoxo neoliberal perdeu a legitimidade até mesmo entre grupos progressistas da classe empresarial no mundo.

O Brasil não vivenciou, plenamente, os efeitos nefastos da ortodoxia neoliberal nos anos de 1980. Contudo, na década seguinte, como resposta à crise do padrão desenvolvimentista, os ajustes macroeconômicos foram referenciados em aspectos do projeto neoliberal iniciados no governo Collor de Melo. Isso abriu um campo de experiências distintas para as classes sociais. Enquanto as organizações dos trabalhadores tentavam entender o neoliberalismo e suas exigências, a classe empresarial se reorganizava para se adaptar em termos econômicos e políticos aos imperativos da nova ordem mundial.

As relações travadas entre as classes e suas frações no início dos anos de 1990 foram decisivas para produzir as referências materiais e simbólicas para o reordenamento do Estado brasileiro nos anos de 1990, sobretudo no período de governo Fernando Henrique Cardoso. Nesse contexto, enquanto algumas organizações da classe trabalhadora procuravam reagir às medidas neoliberais, outras procuravam se adaptar à nova ordem em um claro esforço de conciliação (BOITO Jr., 1999). Em relação às organizações da classe empresarial, o movimento se caracterizou pela tentativa de definir caminhos mais seguros para a retomada do ritmo de crescimento e recuperação mínima da coesão social, apostando nos processos de financeirização da economia, privatizações, contenção dos gastos públicos, entre outros (MARTINS, 2009). A dinâmica das relações sociais, nesse período, consolidou o Estado capitalista brasileiro como um Estado neoliberalizante – contudo, um neoliberalismo com marcas um pouco distintas daquelas experimentadas pelas formações sociais do centro do mundo capitalista.

Nesse período, várias empresas e organizações a elas ligadas aprofundaram no país a incipiente noção de “filantropia empresarial”, executando projetos sociais de caráter pontual e desarticulado entre si como meio de atenuar as críticas ao papel desta classe no processo de reforma do Estado (ampliado) brasileiro. Ainda movidas pela frágil ideia de filantropia empresarial, as noções de parceria começaram a ser esboçadas, ainda que de forma incipiente.

A incipiência das parcerias no Estado neoliberal se justifica pelo fato de que as funções estatais (aparelhagem de Estado) devem ser mínimas de modo a potencializar as relações livres do mercado. Portanto, considerando que é na economia de mercado que a vida se realiza e se justifica, o tema “parcerias” era concebido como uma noção marginal que, quando utilizada, não ultrapassava o plano de uma peça discursiva sem materialidade histórica, usada mais para conter as insatisfações do que para operar ações.

3.2 A PARCERIA COMO PEÇA POLÍTICA ESTRATÉGICA NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO NEOLIBERAL DA TERCEIRA VIA

No início dos anos de 1990, as evidências de que os fundamentos do neoliberalismo ortodoxo aplicados nos países centrais promoveram poucos efeitos positivos para recuperação da taxa de crescimento significaram a possibilidade de recomposição das forças políticas no interior da classe burguesa. Considerando que os anos de 1980 haviam se constituído na “década perdida”, os intelectuais orgânicos da classe burguesa iniciaram um intenso processo de busca por alternativas. Era necessário, ao mesmo tempo, difundir a ideia de que não havia saída “para fora” do capitalismo – certamente, essa foi uma das missões de Francis Fukuyama com sua tese do “fim da história” – e estabelecer referências concretas para recuperação do crescimento econômico com o estabelecimento da coesão social.

Em relação ao segundo movimento, um grupo de intelectuais de importantes forças políticas dos Estados Unidos e da Inglaterra iniciaram o processo de elaboração dos fundamentos do “capitalismo humanizado”, isto é, uma forma de produção da existência humana, que se faz a partir da conciliação entre a centralidade da “livre economia de mercado”, como defendida pela ortodoxia

neoliberal, com a noção de “justiça social”, como reclamada pelas forças políticas identificadas com a social-democracia clássica.

As forças sociais que assumiram com maior visibilidade esse movimento foram: nos Estados Unidos, os “novos democratas”, uma ala progressista do Partido Democrata daquele país; na Inglaterra, o *New Labor*, corrente reformista do Partido Trabalhista inglês, responsável por “atualizar” a doutrina do trabalhismo à realidade do “novo mundo” (NEVES, 2005; MARTINS, 2009).

A capacidade de articulação e sistematização dos intelectuais orgânicos¹² desse movimento possibilitou não só a definição de um vigoroso projeto político, como também a aglutinação de forças políticas em torno da organização internacional da Cúpula da Governança Progressista em 1998.

A proposição central da Cúpula, ao assumir o projeto que já vinha sendo delineado desde 1992 pelos “novos democratas”, foi estabelecer uma alternativa ao neoliberalismo ortodoxo em crise (denominado por eles de “direita”), e aos “falidos” preceitos da social-democracia clássica (qualificada como “esquerda”). Diante de tal propósito, esse movimento se autodenominou de Terceira Via, uma suposta alternativa à direita e à esquerda mundial, posição esta que sugere ser possível conciliar os fundamentos de uma economia de livre mercado (neoliberalismo) com crescimento econômico e desenvolvimento social (social-democracia) nos marcos do capitalismo.

Para o projeto da Terceira Via, o Estado, o mercado e a sociedade civil (metamorfoseada em terceiro setor) seriam esferas da vida social, ordenadoras da sociedade. Alegando que os neoliberais desejavam encolher o aparelho de Estado, transformando-o em “mínimo” e que a social-democracia clássica, por princípio, sempre desejou ampliar o tamanho do aparelho de Estado, a Terceira Via irá propor que a aparelhagem estatal não deve ser nem mínima nem máxima, mas, sim, “necessária”. Nesse modelo político, “[...] o Estado não tenha de remar, mas assumir o leme: não apenas controlar, como também desafiar [...]” (GIDDENS, 2001, p. 16). Ainda seguindo esse modelo, seria função do aparelho de Estado incentivar o desenvolvimento econômico, reordenar a sociedade civil e educar os indivíduos para uma nova sociabilidade.

¹² Um dos mais proeminentes intelectuais desse movimento é o sociólogo Anthony Giddens. Coube a ele não só sistematizar e difundir os preceitos da Terceira Via por meio de publicações, mas também ordenar uma política de monitoramento da difusão do projeto no mundo.

As noções de participação, formas alternativas de democracia, responsabilidade social, transparência na gestão pública se constituem, segundo o principal sistematizador da Terceira Via, nos principais fundamentos para a constituição de uma sociedade capitalista de face humanizada. Nesse modelo, “Estado e sociedade civil deveriam agir **em parcerias**, cada um para facilitar a ação do outro, mas também para controlá-la” (GIDDENS, 2005, p. 89, [grifo nosso]). Isso significa que:

O governo deve manter um papel regulamentador em muitos contextos, mas tanto quanto possível deve ser facilitador, proporcionando recursos para que os cidadãos assumam a responsabilidade pelas consequências de seus atos (GIDDENS, 2001, p. 167).

Para a Terceira Via, trata-se de incentivar um processo de novo tipo denominado “democratização da democracia” (GIDDENS, 2005, p. 80). Para tanto, afirma-se que “a reforma do Estado e do Governo deveria ser um princípio orientador básico da política da terceira via – um processo de aprofundamento e ampliação da democracia” (Ibid., p. 79).

Analisadas por uma perspectiva crítica, observa-se que essas noções procuram orientar um intenso processo de repolitização da política, difundindo a ideia de que cada um deve-se tornar responsável por seus atos, devendo participar de redes de colaboração social (ou de parcerias) destinadas a enfrentar os problemas locais ou regionais existentes para fortalecer a coesão social. Isso significa que a Terceira Via busca viabilizar a formação de um cidadão responsável, ativo, e organizações responsáveis (empresas, fundações, institutos, sindicatos), colaboradoras da nova ordem social cujo eixo ordenador das relações se constitui nas parcerias.

O Projeto político da Terceira Via:

(...) propõe construir um novo contrato social, baseado no teorema “não há direitos sem responsabilidade”. Quem lucra com os bens sociais deve usá-los com responsabilidade e dar algo em troca à comunidade. Visto com a característica da cidadania, o aforismo “não

há direitos sem responsabilidade” tem de ser aplicado a políticos e cidadãos, aos ricos e aos pobres, às empresas e ao indivíduo (GIDDENS, 2001, p. 58).

Justifica-se, desse modo, a necessidade de um chamamento de toda a sociedade (pessoas e organizações) para atuar diretamente nas “questões sociais”, sem qualquer tipo de questionamento, protesto ou reivindicação. Como afirmado anteriormente, o Estado reformado, nem “máximo” nem “mínimo”, mas necessário, configura-se no Estado gerencial, ou seja:

(...) não implica afirmar que os governos devem adotar um papel reduzido no mundo. A reforma do Estado pode dar ao governo mais influência do que antes, em vez de menos. Há uma diferença entre um Estado grande, medido pelo número de funcionários ou pelo tamanho do seu orçamento. E um Estado forte (Ibid., p. 63).

A nova forma de fazer política a partir do preceito “democratização da democracia” baseia-se na noção de parceria. Isso significa que:

O governo pode agir em parceria com instituições da sociedade civil para fomentar a renovação e o desenvolvimento da comunidade. A base econômica de tal **parceria** é o que chamarei de a nova economia mista (GIDDENS, 2005, p. 79, [grifo nosso]).

No plano econômico, as parcerias potencializam o sucesso do desenvolvimento, por articular o fundo público e o interesse público com o dinamismo do setor privado na realização de projetos relevantes para uma nação. Nesse sentido:

(...) as parcerias em projetos públicos podem conferir ao empreendimento privado um papel mais amplo em atividades que anteriormente os governos proviam, assegurando ao mesmo tempo que o interesse público permaneça dominante (GIDDENS, 2005, p. 135).

Nas “questões sociais”, a parceria é mais complexa, pois não está relacionada à geração de lucro. Sob o ângulo organizacional, ela envolve: a) fundações, institutos e associações de direito privado com empresas; b) fundações, institutos ou associações com outras organizações do mesmo gênero; c) organismos internacionais com fundações, institutos e associações nacionais e d) instâncias da aparelhagem estatal com fundações, institutos e associações de direitos privado. Sob o ângulo político, seu objetivo é criar “soluções” para questões sociais a partir de novas práticas.

Essa estratégia de fazer política (a parceria) tornou-se um dos mais significativos mecanismos do movimento da Terceira Via para consolidar o Estado gerencial e a chamada “sociedade civil ativa” – tudo isso em nome da eficiência, da coesão social e de uma nova cultura política. A sociedade civil ativa, também denominada terceiro setor, configura-se para a Terceira Via com um espaço de colaboração social na solução de problemas sociais, atuando, conjuntamente, com o aparelho de Estado. Argumentam que, no novo mundo, não cabem velhas práticas nem conflitos, para defender que a sociedade civil deve ser dinamizada por aquilo que Gramsci (2000) denominou “pequena política”.¹³

Na perspectiva da parceria, o Estado gerencial afirma-se também como o “Estado do investimento social”. Sobre esse tema, Giddens (2005, p. 109) assevera:

A social-democracia clássica considerava a criação de riqueza quase acidental em relações às suas preocupações básicas com segurança econômica e redistribuição. Os neoliberais punham a competitividade e a geração de riqueza num plano muito mais elevado. A política da terceira Via também dá uma ênfase muito forte a essas qualidades, que têm uma importância urgente em vista da natureza do mercado. Elas não serão desenvolvidas, no entanto, se os indivíduos forem abandonados para nadar ou afundar num redemoinho econômico. O governo tem um papel essencial a desempenhar investindo nos recursos humanos e na infraestrutura necessária para o desenvolvimento de cultura empresarial.

¹³ Para Gramsci (2000, p. 21): “a pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política”. Orientada pela pequena política, a sociedade civil tende a deixar de se constituir como palco principal das lutas de classe e da contradição para se ordenar como espaço da colaboração entre classes e da diferença.

Para a Terceira Via, a parceria, além de fomentar na sociedade a chamada “cultura empresarial”, cumpre outros objetivos, qual sejam: a) educar para a nova sociabilidade; b) alcançar consenso para estabelecer a coesão social; c) assegurar a manutenção das relações sociais capitalista.

Nas “questões sociais”, a parceria concentra-se, fundamentalmente, no desenvolvimento de capital social e capital humano, tendo como referência a difusão da cultura empresarial. Tal justificativa é descrita nos seguintes termos:

Uma sociedade que não estimula a cultura empresarial não pode gerar a energia econômica que provém das ideias mais criativas. Os empresários sociais e cívicos são tão importantes quanto aqueles que trabalham diretamente em um contexto de mercado, uma vez que o impulso e a criatividade necessários no setor público, e na sociedade civil, são os mesmos que se precisa [sic] na esfera econômica (GIDDENS, 2001, p. 80).

Combinada com a energia empresarial, uma economia de mercado é muito mais dinâmica do que qualquer outro tipo de sistema econômico. Todavia este dinamismo, intrínseco à criação de riqueza, gera grandes custos sociais que os mercados, sozinhos, não podem enfrentar – tal como a ruptura social causada pela perda de emprego resultante do colapso econômico ou da mudança tecnológica. Nem podem os mercados nutrir o capital humano o que eles próprios requerem – o governo, as famílias e as comunidades devem fazê-lo (Ibid.,p. 44).

Isso implica criar novos difusores da cultura (pessoas e organizações) em diferentes temas sociais (educação, saúde, arte, etc.), visando fortalecer um determinado modelo de Estado e uma nova sociabilidade capitalista em que todos devem colaborar.

Nessa linha, a parceria, enquanto instrumento político, é, de fato, uma ferramenta política que possibilita, no plano econômico, a reprodução ampliada do capital privado com financiamento do fundo público, e, no plano social, a definição de novas referências culturais que visam sedimentar a noção de que capital e trabalho podem se conciliar para promoção da paz e da coesão cívica supostamente para todos, tal como propõe a nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005).

3.3 ESTADO NEOLIBERAL DA TERCEIRA VIA NO BRASIL E A PROBLEMÁTICA DAS PARCERIAS

No Brasil, o projeto neoliberal da Terceira Via se materializou na segunda metade dos anos de 1990, no período de governo Fernando Henrique Cardoso. Em linhas gerais, isso significou a instituição do modelo de Estado gerencial, a abertura da economia do país e o incentivo ao surgimento de novas organizações da sociedade civil com mobilização dos organismos pré-existentes. Essas mudanças buscaram consolidar, concomitantemente, um novo modelo de gestão pública, novos parâmetros para as atividades econômicas e também uma nova configuração e dinâmica da sociedade civil.

Cumprir destacar que a tradução política do projeto de Terceira Via, no Brasil, coube a Luiz Carlos Bresser-Pereira¹⁴. Este intelectual orgânico revela que, antes de assumir o cargo de Ministro da Administração e a Reforma do Estado no governo Fernando Henrique Cardoso, fez um estágio político na Europa, principalmente na Inglaterra, com o objetivo de assimilar o projeto de “reforma da administração pública a partir da perspectiva ampla da reforma do Estado” (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 22), em outras palavras, assimilar o projeto neoliberal da Terceira Via.

Para Bresser-Pereira (1997a, p. 17), seguindo os termos no neoliberalismo da Terceira Via, a reforma:

[...] significa transitar de um Estado que promove diretamente o desenvolvimento econômico e social para um Estado que atue como

¹⁴ De acordo com informações contidas na página eletrônica na internet, “Luiz Carlos Bresser-Pereira nasceu em 1934, em São Paulo. É bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, mestre em Administração de Empresas pela Michigan State University, doutor e livre docente em Economia pela Universidade de São Paulo (USP). Foi professor visitante de Desenvolvimento Econômico na Universidade de Paris I (1978), e de Teoria Política no Departamento de Ciência Política da USP (2002/03). Foi também visitante da Oxford University (1999 e 2001) e do Instituto de Estudos Avançados da USP (1989). Desde 2003, oferece, regularmente, um seminário de um mês na École d’Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris. De 1963 a 1982, enquanto mantinha suas atividades acadêmicas, foi vice-presidente do grupo de varejo Pão de Açúcar. Em 1983, com a eleição do primeiro governador democrático de São Paulo, André Franco Montoro, foi presidente do Banco do Estado de São Paulo e Secretário de Governo. Em abril de 1987, em meio à crise provocada pelo fracasso do Plano Cruzado, tornou-se Ministro da Fazenda [...]”. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/curric/2.Biograf-2pag.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2010. Adaptado. Nessa última década, Bresser-Pereira manteve-se como difusor e articulador dos preceitos da Terceira Via através de seu *blog*, divulgando artigos sobre o tema e publicando textos em periódicos importantes no país.

regulador e facilitador ou financiador a fundo perdido desse desenvolvimento.

Para tanto, é necessário que haja:

[...] delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal através de programas de privatização, terceirização e “publicização” (este último processo implicando na transferência para o setor público não estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta), a redução do grau de interferência do Estado ao efetivamente necessário através de programas de desregulação que aumentem o recurso aos mecanismos de controle via mercado. (...) o aumento da governança do Estado, ou seja, da sua capacidade de tornar efetivas as decisões do governo, através do ajuste fiscal, que devolve autonomia financeira ao Estado. (...) o aumento da governabilidade, ou seja, do poder do governo, graças à existência de instituições políticas que garantam uma melhor intermediação de interesses e tornem mais legítimos e democráticos os governos, aperfeiçoando a democracia representativa e abrindo espaço para o controle social ou democracia direta (BRESSER-PEREIRA, 1997a, p. 18).

Para a implantação desse projeto político-econômico, Bresser-Pereira (1999, p. 70) indicou que seria necessário mudar a gestão pública e mobilizar organizações da sociedade civil dentro de um novo projeto, a partir do seguinte preceito: “[...] não é mais possível pensar empregar métodos autoritários em nome do desenvolvimento econômico ou da justiça social”. Isso implica: “[...] transformação da sociedade civil em agente principal da mudança social” (Ibid., p. 73).

Para o intelectual brasileiro, a sociedade civil é, como propõe a Terceira Via, uma esfera de poder que pode potencializar uma nova configuração da vida social, contribuindo para determinar o modelo de Estado e suas funções econômicas e, principalmente, sociais.

[...] Agora é a sociedade civil, independente do Estado, que determina ou busca determinar a organização do Estado e do mercado, e não o contrário. Uma sociedade civil que, além de autônoma em relação ao Estado, não mais se confunde com o mercado, [...] [sendo] a sociedade civil democrática dos nossos dias (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 73).

Na reforma do Estado, a sociedade civil seria um “ator fundamental”. (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 71). Essa transformação teria como objetivo o bem-estar, a liberdade e a justiça social. A sociedade civil deve assumir um papel integrado ao Estado, tornando-se uma sociedade civil forte, equivalente à “sociedade civil ativa” sintetizada por Giddens (2001).

Bresser-Pereira (Ibid., p. 89) declara que a crise endógena do fenômeno estatal brasileiro foi a grande determinação para se buscar uma reforma e alcançar uma economia mais estável com um “Estado mais eficiente e mais democrático”.

Sobre a questão democrática, a noção de parceria aparece metamorfoseada na noção de participação:

[...] cada cidadão se sente cada vez mais com o direito de participar das decisões políticas que afetam sua vida. Para dar conta de um quadro político e social dessa natureza, a única instituição possível é a do debate democrático amplo (Ibid.).

A economia e a democracia envolvem, portanto, a reforma de Estado, incluindo a transformação da sociedade civil de arena de classe em sociedade civil ativa, lugar de harmonia social. Nessa concepção, cabe às parcerias se constituir na base de propulsão e sustentação das mudanças. Essa perspectiva fica muito bem evidenciada na seguinte afirmação:

Pessoalmente, partilho da esperança de que se possa construir uma terceira via entre o capitalismo neoliberal e a velha esquerda burocrática, e estou seguro que nesse processo o papel da sociedade civil e particularmente das entidades e movimentos do setor público não estatal será fundamental. [...] A terceira via não se constitui apenas de um regime misto, combinando diferentes proporções do setor estatal e do privado; envolve também uma crescente participação do setor social, que compreende as atividades sem fins lucrativos, públicas não estatais, em conjunto com as instituições cooperativas e de auxílio mútuo (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 97).

A parceria torna-se uma ferramenta importante para imprimir uma nova configuração do Estado ampliado, tanto nas questões sociais quanto nas de caráter econômico.

No que se refere às políticas públicas, Lília A. de Toledo Piza Martins (2009, p. 112), ao pesquisar 1.653 organizações, constatou que: “(...) diversos governos locais vêm buscando democratizar os processos decisórios e realizar importantes parcerias com a sociedade civil”. Segundo a autora, a parceria serviria como um meio articulador para a resolução de problemas como a eficiência na solução dos problemas locais, transparência nas ações, focalizando suas ações com atores sociais em práticas de visibilidade social.

Por meio das parcerias, estima-se que os “atores sociais” teriam condição de resolver os problemas locais através de mobilização econômica e cultural de outros “atores”. Estima-se também que é possível, por meio de parcerias, responder, de forma positiva e concomitante, as necessidades da valorização do capital e aos interesses da classe trabalhadora.

Nesse caso, é sugerido que a gênese e dinâmica das políticas sociais não mais estariam determinadas pelas relações das classes sociais em disputa, como defende Neves (1995), mas, sim, pela conciliação de diferentes interesses em nome do bem comum e da harmonia social. Essa construção argumentativa que parte do princípio de que estaríamos vivendo em um novo mundo ou em uma nova sociedade na qual a dominação não mais existe, mesmo quando os indicadores sociais e econômicos revelam o contrário¹⁵.

Compreendendo que o Estado é a síntese material de relações sociais entre classes e frações de classes (POULANTZAS, 1985), e considerando o conceito de hegemonia (GRAMSCI, 2000), acreditamos que a reforma do Estado ampliado brasileiro e parcerias, tal como proposto pelos intelectuais da Terceira Via, são expressões histórico-sociais do fenômeno da nova pedagogia da hegemonia, cuja finalidade é reordenar, em termos morais, intelectuais e comportamentais, o conjunto da sociedade para manutenção das relações sociais capitalistas.

Em relação à classe trabalhadora, isso significa a desestabilização dos instrumentos teórico-metodológicos de análise do real (expresso de forma clara no

¹⁵ Recomendamos a leitura da pesquisa coordenada por Neves (2010) para uma compreensão sobre as teorias sociológicas que defendem a existência de um mundo sem dominação, mesmo sob a égide das relações sociais capitalistas.

crescimento do antimarxismo) e a ressignificação da *ação política* (concretizada na refuncionalização dos aparelhos privados de [contra]hegemonia e nos instrumentos de luta da classe) nos marcos do novo conformismo cuja base de referência é a cultura empresarial. Para que tudo isso aconteça, é fundamental a ação molecular de aparelhos privados de hegemonia da classe burguesa e seus aliados orientados pela ideologia da responsabilidade social, tal como as ações da Fundação Vale e do CEDAC na educação da sociabilidade.

4 A EMPRESA VALE: PARCERIA, RESPONSABILIDADE SOCIAL E SOCIALIZAÇÃO

O papel da Fundação Vale na difusão da nova pedagogia da hegemonia, visando à afirmação da cultura empresarial como proposto pelo neoliberalismo da Terceira Via, é um caso exemplar do significado da parceria e do alcance do projeto educativo empresarial. Sua capacidade de estabelecer parcerias no âmbito da sociedade civil e com instâncias da aparelhagem estatal é muito significativa.

Para Ricardo Young (2006 apud VALE, 2006, p. 63), ex-presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social:

A Vale tem sido uma parceria firme do movimento de responsabilidade social empresarial, não só no sentido de se engajar, mas também como irradiadora da ousadia e da coragem necessárias nesse movimento. A área de mineração é muito polêmica, e administrar a responsabilidade social nesse contexto exige, sobretudo, uma visão estratégica ousada. Com a mesma disposição, a Companhia agora insere a sustentabilidade em seus negócios. A gestão dos impactos nas comunidades, o trabalho com o público interno e a interlocução com a sociedade civil organizada são exemplos da forma de atuação da Vale, que se mostra disposta a aprender e a inovar sempre.

Esse reconhecimento se verifica também de outro modo. No plano nacional, é possível destacar a obtenção do Prêmio Época de Mudanças Climáticas, em 2010, concedido pela Revista *Época*, semanário das organizações Globo. Trata-se de um concurso anual que premia as empresas as quais apresentam práticas inovadoras que combinem desenvolvimento econômico, preservação ambiental e harmonização social.

No plano internacional, podemos citar o prêmio obtido pela Vale concedido pela Organização das Nações Unidas (ONU), no âmbito do programa Pacto Global. Tal premiação, conquistada em 2008, é intitulada Comunicação de Progresso Notável e expressa o reconhecimento da ONU para as melhores práticas empresariais em questões ambientais e sociais. O Pacto Global é interpretado por Martins (2009) como a tentativa de ordenamento da ideologia da responsabilidade social em escala mundial.

O programa Pacto Global é descrito como:

[...] uma iniciativa voluntária que procura fornecer diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, através de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras (PACTO GLOBAL, 2010, [não paginado]).

De acordo com o Relatório de Sustentabilidade da Vale (VALE, 2009 a , p. 18), no ano de 2009, foram investidos US\$ 781 milhões; sendo US\$ 580 milhões em projetos ambientais e US\$ 201 milhões em projetos sociais, incluindo, nesse caso, o programa “Escola que Vale”. A empresa teve incentivos fiscais de US\$ 148 milhões nesse programa.

Por meio dessas ações, os intelectuais orgânicos que dirigem a Vale buscam afirmar que a empresa é “economicamente viável”, “ecologicamente correta” e “socialmente justa”, sendo possível combinar “economia de mercado com justiça social”. Nesse sentido, a política da empresa se baseia no preceito do desenvolvimento sustentável que, em tese, significa: ser um operador sustentável, ser catalisador de desenvolvimento local e ser agente global de sustentabilidade.

É importante destacar que a noção de desenvolvimento sustentável difundida pela Vale, provavelmente, foi inspirada no Relatório Brundtland¹⁶, cuja referência é assim enunciada: viabilizar as necessidades atuais (sobretudo as de ordem econômica), sem comprometimento das condições de vida das gerações futuras.

Essa possibilidade parece se confirmar em diferentes Relatórios de Sustentabilidade (2006, 2007, 2008, 2009). A afirmação, a seguir, é uma pequena amostra da posição assumida pela empresa:

[...] a Vale pode, e deve, contribuir de múltiplas formas como desenvolvimento sustentável, atuando tanto territorialmente, no nível dos municípios, estados e países, quanto em temas globais, do interesse de toda a comunidade internacional (VALE, 2007, p. 58).

¹⁶ Trata-se de um relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, que foi presidido pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundland, em 1983.

Outra evidência dessa perspectiva pode ser verificada na seguinte afirmação da empresa, em uma peça publicitária veiculada na Revista *Época* (VALE, 2010, p. 83):

[...] Como garantir o futuro do planeta e das novas gerações? Sustentabilidade. Somos uma mineradora global. Não só porque estamos presentes em todo o mundo, mas porque pensamos no mundo. Sempre nos perguntamos: Como garantir o minério de que o mundo precisa sem agredir o planeta? Descobrimos a resposta na sustentabilidade, na inovação, nas novas tecnologias, fazendo hoje a mineração do futuro. A Vale investe na preservação de milhares de km de áreas verdes, no desenvolvimento de fontes de energias recicláveis e no reaproveitamento de 76% da água dos seus processos. Ajudamos a promover o desenvolvimento das pessoas e das regiões onde atuamos, nos cinco continentes. Hoje e amanhã.

Sugere-se que, no novo modelo de desenvolvimento econômico, ou na “economia do conhecimento” (GIDDENS, 2001), até mesmo a atividade mineradora – reconhecida no mundo como aquela que mais gera passivos ambientais e sociais – será capaz de preservar o meio ambiente, a diversidade cultural, compatibilizando economia de mercado com justiça social. Isso significa redimensionar as velhas práticas empresariais sem alterar o conteúdo social da dinâmica capitalista. Isso fica evidenciando na seguinte afirmação:

Sabemos que o desenvolvimento sustentável é um desafio para toda a sociedade, da qual a Vale faz parte. Estamos atentos à evolução de temas críticos, como os de direitos humanos, desenvolvimento socioeconômico, conservação ambiental e mudanças climáticas, entre outros. Nesse sentido, estamos comprometidos com a visão de sustentabilidade da empresa e apoiamos o engajamento com os setores público e privado e com a sociedade civil para a resolução dos desafios socioambientais que se apresentam (VALE, 2007, p. 9).

A empresa afirma também que:

:

Somos uma mineradora brasileira e, hoje, atuamos no mundo. Falamos diferentes idiomas e vivemos em diversas culturas, unidos

por um objetivo comum: transformar recursos minerais em riqueza e desenvolvimento sustentável (VALE, 2007, p. 14).

No entanto, considera-se, também, que esse esforço não é algo simples:

Temos consciência de que a mineração envolve o uso temporário de terras e recursos e que, como empresa, nossa interferência em determinada área começa antes da implantação dos novos projetos, continuando mesmo depois de encerradas as nossas atividades. Entendemos que as implicações de sustentabilidade em nosso negócio vão além dos territórios de onde extraímos e processamos os minérios e que nossa capacidade de influência – e, até certo ponto – nossa responsabilidade se estende a fornecedores e clientes, entre outros parceiros da cadeia de valor. Estamos cientes de que somente a pujança econômica da empresa não é suficiente para alcançar o desenvolvimento sustentável do nosso negócio, mas também sabemos que só uma empresa financeiramente sólida e saudável pode contribuir para o bem-estar de nossas partes interessadas (VALE, 2007, p. 58).

Cabe ressaltar que o plano de desenvolvimento da Vale, ainda que vinculado ao preceito geral da sustentabilidade e da coesão social, vem provocando sérios problemas ambientais e sociais. O Dossiê do movimento “Atingidos pela Vale” é bastante revelador dessa problemática. Esse documento tem como objetivo dar visibilidade aos empreendimentos da empresa e tem como finalidade mostrar “bem diferente da imagem de sucesso, desenvolvimento sustentável [...] da empresa” (ATINGIDOS pela Vale, 2010, p. 12).

Nos Relatórios de Sustentabilidade da empresa (2009, 2008), há indicações de tentativa de solução dos impasses político-sociais. No entanto, o dossiê fornece dados os quais demonstram que o poder econômico e político da Vale é definidor para traçar os limites das “soluções negociadas”, que podem chegar à desapropriação involuntária¹⁷. Isso significa que, embora os documentos forneçam dados sobre as justificativas das ações da Vale/Fundação Vale, é indispensável superar a superficialidade desses dados no plano da imediatividade, pois os mesmos não podem explicar a realidade concreta em sua contradição. Acreditamos

¹⁷ A desapropriação involuntária é prevista na Constituição Federal de 1988 como a destituição compulsória do direito à propriedade privada definida por ato unilateral do poder público em nome do interesse público, mediante a indenização estabelecida em juízo.

que essas ações, difundidas através dos Relatórios de Sustentabilidade da Vale (2006, 2007, 2008 e 2009) e do Dossiê (2010) formulado e divulgado pelo Movimento Internacional dos Atingidos pela Vale, devem ser analisadas enquanto expressões da disputa pela hegemonia.

4.1 SOBRE AS LINHAS DE ATUAÇÃO

A educação é um dos principais compromissos da Vale com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável (VALE, 2008, p. 35).

Observamos que, ao longo dos anos, a Vale vem aprimorando suas intervenções na realidade social, por meio da noção política denominada “sustentabilidade”. Nessa perspectiva, a empresa consegue traduzir, de modo específico, a ideologia da responsabilidade social por intermédio de **diretrizes políticas** difundidas por **organismos especiais** que se configuram como braços operacionais de seu projeto societário.

A análise geral das formulações e iniciativas da empresa Vale relacionada a essa ideologia permite construir um mapeamento amplo para a compreensão crítica do movimento do real, apreendendo as interfaces com a educação no âmbito do programa Escola que Vale. Em relação às **diretrizes políticas**, verificamos que elas podem ser agrupadas em três blocos.

O primeiro bloco se refere aos temas relativos às questões ambientais imbricados com a atividade mineradora da empresa Vale. Trata-se de um esforço da empresa em atenuar os efeitos negativos sobre o meio ambiente, gerados, prioritariamente, nas áreas específicas de atuação. O detalhamento das diretrizes desse primeiro bloco encontra-se descrito nas seguintes políticas denominadas: Política de Desenvolvimento Sustentável (2009), Gestão Ambiental (s./d.), Mudanças Climáticas (2008) e a Biodiversidade(s./d.)¹⁸. Em linhas gerais, as diretrizes convergem para dois pontos centrais: desenvolvimento social das comunidades subordinado aos imperativos do desenvolvimento econômico. O

¹⁸ Para o detalhamento de cada uma dessas diretrizes, consultar o *site*: <<http://www.vale.com/pt-br/sustentabilidade/paginas/default.aspx>>.

objetivo da empresa Vale é gerar um legado positivo para as áreas naturais e comunidades, sem comprometer o lucro dos acionistas, bem como fortalecer a imagem da empresa como fator diferencial da concorrência intercapitalista. Tais diretrizes possuem como ações gerais: respeito à legislação; controle rigoroso dos procedimentos a fim de evitar riscos ambientais, reforçando a preocupação com desajuste da empresa; busca pela eficiência energética, incorporando as orientações internacionais¹⁹ sobre a questão ambiental.

A partir dessas indicações, é possível afirmar que o movimento político da Vale é uma tentativa de diminuir as pressões sobre a empresa, eliminando possíveis problemas na valorização da marca e ainda uma forma de defesa da maximização do lucro conjugado com a degradação controlada do meio ambiente. Tudo isso em um único argumento: essas ações são boas para a sociedade.

O segundo bloco se refere às questões sociais e políticas em sua interface com grupos sociais e governo. As políticas são: **Gestão Territorial** e de **Direitos Humanos**²⁰. A perspectiva da diretriz segue na direção da busca de equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconômico das comunidades com uma preocupação com aspectos sociais e com o respeito aos direitos humanos. O objetivo da Vale anunciado é respeitar a legislação, maximização dos impactos positivos, potencialização das dinâmicas de crescimento e de diversificação econômica e promoção social.

Com essa política, a Vale busca ampliar a dominação sobre os grupos sociais por meio do consenso. O diálogo funciona como ferramenta específica do mecanismo de poder, permitindo a assimilação, pois atenua as resistências locais, transferindo a responsabilidade para as comunidades e os grupos sociais atingidos por suas atividades. O *slogan* “**A Vale faz! A Vale propõe alternativas!**” projeta as comunidades e os grupos sociais resistentes ao impacto de suas atividades econômicas e são qualificadas como intolerantes e resistentes ao progresso.

O último bloco se refere ao plano estratégico das políticas: o **Relacionamento com os Governos**. Trata-se de uma política que procura manter um relacionamento com a aparelhagem estatal e a sociedade civil por intermédio da

¹⁹ Sobre orientações internacionais, ver o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente no seguinte *site*: <<http://www.unep.org>>.

²⁰ Para o detalhamento de cada uma dessas diretrizes, consultar o *site*: <<http://www.vale.com/pt-br/sustentabilidade/paginas/default.aspx>>.

participação em diversas associações (200 aproximadamente), destacando o Instituto Ethos e o Gife. Tem como objetivo disseminar as melhores práticas industriais, tornando suas ações mais visíveis através da participação em associações nacionais e internacionais. A partir de ações midiáticas, a Vale dá visibilidade às suas ações e ainda fortalece o processo hegemônico, na ampliação da formação de mais intelectuais orgânicos.

Todas as diretrizes políticas da chamada “sustentabilidade”, analisadas anteriormente, são veiculadas pelos organismos ou braços operacionais, são eles: **Instituto Tecnológico Vale (ITV)**, **Fundo Vale**, **Vale Florestar** e a **Fundação Vale**.

O Instituto Tecnológico da Vale foi idealizado para produzir e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos que relacionem mineração com desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Esse organismo possui como objetivo financiar o desenvolvimento de pesquisas por meio de parcerias para o desenvolvimento sustentável da mineração. O ITV trata da afirmação explícita do reconhecimento da ciência e da tecnologia como força produtiva. Possui uma unidade em construção no Estado do Pará e duas unidades planejadas, nos Estados de Minas Gerais (Ouro Preto) e de São Paulo (São José dos Campos).

Outras duas organizações ampliam as ações da Vale no que tange às ações para o meio ambiente: Fundo Vale (2009) e o Fundo Vale Florestar S.A. (2010). Em parceria com o BNDES e o Fundo de Pensão dos Funcionários da Caixa Econômica Federal (FUNCEF) e da Petrobras (PETROS), a Vale criou o maior fundo destinado a ações de reflorestamento no Brasil: o Vale Florestar S.A., que tem como objetivo incentivar empreendimentos florestais de longo prazo. Essa preocupação se estende a outro organismo, o Fundo Vale, que possui como premissa fundamental a sustentabilidade em três pilares: integração (dos agentes transformadores da sociedade para alcançar a sustentabilidade), transformação (para que, por meio da disseminação, seja possível a mudança) e desenvolvimento (através de capacitação de recursos humanos). Nesse organismo, as ações são direcionadas ao desenvolvimento socioeconômico das populações e possui como projeto pioneiro o tema do bioma amazônico. A partir das premissas definidas para a sustentabilidade, o organismo possui também um Fundo de financiamento de outros projetos. O anúncio geral é o seguinte: deixar um legado para as próximas gerações, promovendo o desenvolvimento sustentável.

É possível que os organismos operacionais da Vale em questão organizem fundos de investimento para valorização de capital no chamado “mercado de carbono”²¹. Essa hipótese nos parece a mais provável, tendo em vista a participação de dois importantes fundos de Pensão como parceiros desse processo. Outro elemento que reforça nossa hipótese se refere ao fato de que, na dinâmica capitalista, qualquer tipo de investimento financeiro deve gerar lucros também financeiros. Em síntese, esses elementos revelam que a noção de “sustentabilidade” na visão burguesa se refere à sustentabilidade do capital. A Vale ganha em capital direto e ou ganha agregando valor à sua marca²².

Sobre o movimento educacional da Vale, foi criado um organismo responsável pela articulação da educação interna e externa de seus funcionários: a Valer. Este é um organismo que foi criado em 2003 e possui como eixo fundamental a escolarização dos trabalhadores que vendem a força de trabalho para a Vale. O objetivo anunciado é estimular a formação continuada em serviço dos seus “colaboradores”. Trata-se de uma formação profissional²³ através de treinamento inicial e formação continuada da força de trabalho. Para a Vale, a importância da Valer está relacionada à problemática da competitividade e do alto desempenho industrial em um mercado internacional competitivo. Além de elevar o capital humano de seus atuais e futuros funcionários, a empresa Vale, por meio da Valer, pretende criar mecanismos de atração e retração em seus quadros de força de trabalho qualificada em termos técnicos e ético-político, tanto para o trabalho

²¹ “Mercado de carbono” é um espaço de comercialização de crédito de carbono entre diferentes nações surgido após o Tratado de Kyoto. A ideia é permitir que uma nação ou empresa que não consiga atingir as metas estabelecidas nesse Tratado consiga comprar os créditos de outras nações de modo a compensar o impacto de sua atividade. O mercado de carbono é uma expressão da capacidade da burguesia em burlar regras que ela mesma define para si.

²² A preocupação na valorização da marca Vale serve como exemplo, sem esta outra iniciativa da empresa. Trata-se do patrocínio da reforma do monumento do Cristo Redentor no município do Rio de Janeiro. Um dos diretores da empresa afirmou: “Enquanto cuidava da renovação do Cristo Redentor – o ícone brasileiro mais conhecido no exterior, eleito em 2007 uma das sete novas maravilhas do mundo – ao custo de R\$ 7 milhões, a Vale foi lembrada em cada notícia sobre a evolução do trabalho. [...] No período final da obra, entre 20 de maio e 20 de junho desse ano, a Vale promoveu um concurso no *hotsite*. “Para Sempre Cristo Redentor”, que teve mais de 160 mil acessos por parte de 100 mil visitantes de 84 países. E a entrega da obra, claro, foi amplamente acompanhada pelas mídias nacional e internacional – transformando os R\$ 7 milhões, no final das contas, em uma pechincha (MACIEL, 2010).

²³ No jornal *Estado de Minas*, de 7 de novembro de 2010, uma reportagem chamou a atenção no tocante à necessidade de qualificação de força de trabalho. “A falta que a qualificação faz”, título da reportagem que trouxe exemplos de empresas que necessitam oferecer cursos para seus funcionários. A Vale foi citada como uma empresa que oferecerá, em 2011, US\$ 24 bilhões em investimentos na área para ter “gente qualificada”. Isso não significa dizer que essas ações são desenvolvidas pela Valer, mas pode ser um início disso.

simples quanto para o trabalho complexo. Nessa perspectiva, a Valer desenvolve projetos de alfabetização, ensino médio e pós-graduação. Em relação a este último, a atuação se dá por meio de parcerias que envolvem universidades. Foi oferecido o curso de Especialização em Engenharia Ferroviária no Maranhão e em Minas Gerais (VALE, 2009a, p. 43).

Outro objetivo da Valer se refere à formação profissional de jovens e adultos que desejam se tornar funcionários da empresa. Nessa linha, a empresa oferece cursos e relaciona, ao final dos mesmos, os “alunos destaques” para convertê-los em força de trabalho da empresa.

Com isso, a Valer estimula a formação de intelectuais orgânicos dentro da própria empresa, promovendo, assim, a manutenção da hegemonia dentro e fora de suas unidades.

A Valer descreve ações internas e externas da empresa:

Temos uma grande demanda por profissionais de diferentes áreas, mas faltam profissionais qualificados no mercado de trabalho. Por isso, os nossos programas de atração e recrutamento também contemplam fases de qualificação e desenvolvimento, implementadas pela Valer. Essas ações de educação externa vão desde a concessão de bolsas de estudo em ensino técnico, especialização, formação de educadores até investimentos em infraestrutura educacional, como a construção e a equipagem de instituições de ensino. Nas comunidades, o acesso à educação e qualificação técnica abre oportunidades de acesso a empregos e a renda, que movimentam as economias locais, criando bases para o desenvolvimento sustentável²⁴.

Sobre a educação externa da Valer, existem sete programas de atração e desenvolvimento de força de trabalho qualificada.

O estudo de Ramos e Santos (2008) revela que, para a Valer, investir em capital humano significa produzir o “cidadão que vale”, isto é, um sujeito que seja a imagem e semelhança da empresa, alguém que incorpora a concepção de mundo dominante para ordenar a sua forma de sentir, pensar e agir nos limites do que foi estabelecido. Na acepção gramsciana, a Valer atua na reforma moral, intelectual e comportamental dos trabalhadores.

²⁴ Disponível em <<http://www.vale.com/pt-br/carreiras/valer-educacao-vale/educacao-externa/paginas/default.aspx>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

O último organismo a ser analisado é a FV. A posição da FV, braço operacional da Vale em defesa da sustentabilidade no plano das questões sociais, evidencia que há uma tentativa de “virar a página” ou de “acerto de contas” com o seu passado, acompanhando o movimento em curso no mundo de afirmação da nova cultura empresarial alicerçada na ideologia da responsabilidade social²⁵. Trataremos mais a fundo desse organismo, pelo seu peso articulador e difusor de ideia na próxima seção.

4.2 FUNDAÇÃO VALE: CONCEPÇÃO, ESTRUTURA E PROJETOS

A descrição da “missão” da Fundação Vale é bastante elucidativa:

[...] contribuir para o desenvolvimento integrado – econômico, ambiental e social – dos territórios onde a Vale atua no Brasil, articulando e potencializando os investimentos sociais, fortalecendo o capital humano nas comunidades e respeitando as identidades culturais locais (VALE, 2009a, p. 74).

É possível verificar que a atuação da FV não se limita ao que se denominou desenvolvimento de capital humano. Suas ações vão além disso, uma vez que envolvem o desenvolvimento do capital social das comunidades. O objetivo da Fundação Vale é:

[...] melhorar as condições de vida das populações, fortalecendo o relacionamento com as comunidades e realizando ações estruturantes, em três áreas de atuação: infraestrutura, gestão pública e desenvolvimento humano e econômico (FUNDAÇÃO VALE, 2010, [não paginado]).

²⁵No capítulo intitulado “A época do muque”, Mynaio (1986, p. 66) relata as dificuldades naquela época para se trabalhar com a mineração; a precarização do trabalho nas minas: “Trata-se de afrontar a montanha e destruí-la numa faina insana, medindo forças contra as rochas de ferro. O físico será, portanto, a condição essencial para escalar, para resistir às intempéries e à dura jornada e para manejar os pesados e rudes instrumentos de trabalho. Todos os antigos trabalhadores se referem à dureza do ‘tempo braçal’ de o peso do martelo manual para furar as rochas a serem dinamitadas, da marreta para quebrar as pedras [...]”.

No processo de “desenvolvimento de ações sustentáveis”, alguns programas foram extintos, outros foram reformulados, existindo ainda os que foram mantidos. Esse processo explicita uma importante questão: os dirigentes da Vale — intelectuais orgânicos — possuem uma clara compreensão de sua missão ideológica na defesa dos interesses da empresa, de modo específico, e das relações sociais capitalistas, de modo mais amplo. A seguir, será apresentado o Quadro 2, que contém os programas da FV:

PROGRAMAS DA FV				
Programas ²⁶	Acrescidos	Mantidos	Já extintos	Fontes
Ação Educação	X			Site
Ação Saúde	X			Site
Brasil Vale Ouro	X			Site
Escola que Vale		X		Site ²⁷
Trem da Vale		X		Site ²⁸
Vale Juventude		X		Site
Educação nos Trilhos		X		
Vale Alfabetizar		X		Site
Museu Vale		X		Site
Vale Música		X		Site
PEAS Vale			X	
Rede que Vale		X		Site
Voluntário Vale		X		Site
Novas Alianças		X		Site
Cultura em rede			X	Vale (2007, p.182)
Vale Mais			X	Vale (2007, p.182)

Quadro 2: Programas da FV.

Fonte: a autora (2010). [Dados da estrutura da FV a partir de informações da página eletrônica da empresa Vale].

Cumprido destacar que a FV irradia referências de ordenamento do modo de vida capitalista não somente no Brasil, como também em outros países nos quais atua, tais como Colômbia, Nova Caledônia e Moçambique. Em Moçambique, a FV

²⁶ Dados de outubro de 2010.

²⁷ Este programa possui *site* próprio: < <http://www.escolaquevale.org.br>>. Acesso em: 9 ago. 2009

²⁸ Este programa possui *site* próprio: <<http://www.tremdavale.org>> . Acesso em: 25 out. 2010.

iniciou suas atividades antes da empresa Vale. Isso cumpriria os objetivos de capital humano e de capital social. O sentido da coesão social dessa irradiação político-social fica bem explícita, ou seja, que a FV pretende:

[...] deixar um legado de sustentabilidade nas regiões onde a Vale atua, agindo de forma a melhorar as condições de vida das populações, **fortalecendo o relacionamento** com as comunidades e realizando ações estruturantes (VALE, 2009a, p. 74, [grifos nossos])

Nesse sentido, o desenvolvimento de capital humano e de capital social se tornaram referência para a intervenção da Fundação Vale na vida social de diferentes países.

Com essas referências, identificamos que a Fundação Vale (2010) ordena suas intervenções a partir de três linhas de ação²⁹:

- a) infraestrutura: elaboração de projetos de infraestrutura urbana e habitacional, bem como captação de recursos públicos para municípios, principalmente por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal;
- b) desenvolvimento humano e econômico: criação de organizações para atuar no desenvolvimento sustentável em parcerias com prefeituras, sob orientação da Fundação Vale. Os núcleos são dirigidos para elaborar projetos de médio e longo prazo com impactos significativos na vida econômica e social de comunidades carentes;
- c) gestão pública: elaboração de projetos e prestação de serviços de assessorias com a finalidade de assegurar a eficiência gerencial dos recursos e dos serviços públicos nas áreas de saúde, segurança e educação.

²⁹ Ver página 26 deste texto.

A segunda e a terceira linha de ação reúnem programas específicos assim elencados:

a) Gestão pública:

- Ação educação: atua na gestão educacional, formação continuada, práticas pedagógicas e infraestrutura no âmbito municipal e estadual; configura-se como um projeto recente;
- Vale Alfabetizar: programa de erradicação do analfabetismo de jovens e adultos;
- Ação Saúde: prioriza ações no âmbito da saúde materno-infantil;
- Novas Alianças: apoio dos conselhos municipais, visando a defesa dos interesses da população infanto-juvenil;
- Escola que Vale: destinada à melhoria da Educação Básica.

b) Desenvolvimento humano e econômico:

- Rede que Vale: articulação de profissionalização e encaminhamento de jovens ao mercado de trabalho;
- Vale Juventude: educação de adolescentes, envolvendo as temáticas sexualidade e protagonismo juvenil no âmbito social;
- Vale Música: promoção da arte musical nas culturas locais;
- Brasil Vale Ouro: trata-se de um programa recente e que aborda o esporte;
- Museu Vale: programa de preservação da história do universo ferroviário;
- Trem da Vale: promoção da educação patrimonial, histórica, cultural e social de Minas Gerais;
- Voluntários Vale: incentivo ao voluntariado dentro da Vale.

O Quadro 3, a seguir, complementa a visão sobre as ações da Fundação Vale:

AÇÕES DA FUNDAÇÃO VALE		
Programa	Descrição	Beneficiários em 2008
³⁰ Escola que Vale	Trabalha a qualificação de professores e gestores da rede pública de ensino para melhorar a qualidade do Ensino Fundamental, envolvendo também os gestores das escolas e os técnicos das Secretarias Municipais de Educação.	108.639 professores e alunos
Museu Vale	Promove a arte contemporânea e preserva a história do universo ferroviário, além de oferecer cursos profissionalizantes na área de produção cultural.	48.914 visitantes

³⁰ Programa particular de estudo desta dissertação de Mestrado.

AÇÕES DA FUNDAÇÃO VALE (continua)		
Programa	Descrição	Beneficiários em 2008
Rede que Vale	Investe na geração de trabalho e renda por meio de uma rede baseada em projetos de responsabilidade social e de voluntariado empresarial.	3.468 jovens e empreendedores
Vale alfabetizar	Capacita alfabetizadores e promove o fluxo constante de novos alunos às salas de aula, com os objetivos de reduzir o analfabetismo entre adultos e contribuir para o fortalecimento da cidadania.	16.631 alfabetizadores e alunos
Vale Juventude	Contribui para o desenvolvimento pessoal, social e produtivo de adolescentes e jovens, oferecendo educação afetivo-sexual e formação como agentes de desenvolvimento territorial.	55.643 jovens participantes
Voluntários Vale	Estimula a cultura de voluntariado dentro da Vale, fortalecendo o diálogo social e contribuindo para o desenvolvimento local.	61.795 beneficiados pelos 7.271 voluntários
Vale Música	Promove o ensino da música clássica e a preservação de manifestações culturais locais entre crianças e adolescentes	770 crianças e adolescentes
Novas Alianças	Realiza a capacitação dos membros dos conselhos de gestão pública, visando estimular ações que garantam o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.	341 pessoas capacitadas

Quadro 3: Ações da Fundação Vale.

Fonte: Relatório de Sustentabilidade (VALE, 2008, p. 63).

4.3 ESTAÇÃO CONHECIMENTO: UM ORGANISMO OPERACIONAL DA FUNDAÇÃO VALE

Vale ressaltar que uma dessas ações dentro da linha de **Desenvolvimento humano e econômico** foi a criação de organismos que assumiram a função de difundir as referências da nova sociabilidade nos municípios selecionados. Esses organismos receberam o sugestivo nome: “Estação Conhecimento”. Para a FV, esses organismos se constituem como:

[...] Agências de Desenvolvimento Humano – organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) –, que serão polos de referência local para abrigar nossos programas de forma integrada,

com foco na profissionalização de jovens e na melhoria das condições de acesso ao mercado de trabalho e à geração de renda. Além disso, a Agência contribuirá para a formação do indivíduo, crianças e jovens, por meio do esporte – trabalhando valores e atributos universais, como disciplina, respeito, dedicação, superação – e por meio da cultura, através da música, da dança e das artes (VALE, 2007, p. 181).

A FV defende que a Estação Conhecimento tem como objetivo “contribuir para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades” através da participação comunitária (FUNDAÇÃO VALE, 2010, [não paginado]).

A criação de organismos com o título de OSCIP's para a execução das ações permite à FV contar também com captação de recursos do fundo público disponíveis nas instâncias da aparelhagem estatal (federal, estadual e municipal).

A OSCIP, caracterizada legalmente como uma organização sem fins lucrativos, de direito privado e de interesse público, configura-se, portanto, como um mecanismo legalmente constituído de apropriação privada de recursos públicos para execução de ações focalizadas em determinadas comunidades e de interesse da empresa Vale. Trata-se de uma estratégia política com fundamento legal cuja finalidade é desenvolver o capital humano e o capital social em comunidades que sofrem os efeitos da atuação da atividade mineradora, complementando as políticas sociais.

Para que as ações idealizadas pela OSCIP sejam desenvolvidas, os projetos ganham um incentivo importante: **a parceria**. A parceria é um instrumento jurídico criado a partir da Lei nº 9.970/99 (art. 9º), que fomenta a execução dos projetos de direito privado.

Em 2008, a FV projetou a construção de 15 unidades da Estação Conhecimento até 2015³¹. A operacionalização das Estações Conhecimento se dá por meio das diretrizes políticas e metas estabelecidas pela FV: “em conjunto com as prefeituras, os projetos executivos alinhados às políticas públicas para captação de recursos governamentais destinados a obras de infraestrutura (VALE, 2008, p. 63)”.

³¹ Há uma divergência entre os relatórios 2009 e 2008. De acordo com dados do RS 2009, a FV teria idealizado 18 unidades até 2012. A cidade de Governador Valadares (MG) será a contemplada com uma unidade ainda em 2011.

Ainda sobre sua **operacionalização**, cabe destacar que:

As Estações Conhecimento também procuram disseminar novas tecnologias e metodologias de aprendizagem entre seus profissionais. A maioria deles é constituída por funcionários públicos cedidos pela prefeitura parceira e/ou governo estadual, que são capacitados para estimular práticas educativas relacionadas ao cotidiano dos alunos e das comunidades (VALE 2009a, p. 76).

Esse organismo cumpre um importante papel político:

A proposta da Estação Conhecimento amplia o conceito da **escola tradicional**. Isso porque trabalha com o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo de forma integrada, por meio de atividades relacionadas ao esporte de alto rendimento, à cultura e à qualificação profissional. A Estação funciona como um centro educacional, baseado em quatro pilares: Apoio técnico permanente; Organização dos processos de negócio; Centro de referência tecnológica; e Centro de processamento e comercialização (VALE, 2008, p. 63, [grifos nossos]).

A primeira Estação Conhecimento foi inaugurada em Tucumã, localizada no Estado do Pará, em 2008. Estão em fase de planejamento as das cidades de Governador Valadares (MG), Mangaratiba (RJ), São Luís (MA), Concórdia do Pará e Capela. A FV possui 11 Estações Conhecimento em fase de implantação, sendo elas: Barcarena (PA), Marabá (PA), Curionópolis, Arari, Vale do Jequitinhonha (MG), Brumadinho (MG), Deodoro (RJ), Canaã dos Carajás (PA), Orilândia do Norte (PA), Nova Lima (MG) e Serra (ES) (VALE, 2009a).

Essa abrangência geográfica demonstra a potência desse projeto educativo idealizado pela FV e que, rapidamente, poderia tornar-se presente em todo território nacional. A estratégia de intervenção da Estação Conhecimento desdobra-se em dois modelos: rural e urbano. Os projetos envolvem crianças e adolescentes dos 6 aos 18 anos.

Esse projeto foi ampliado para Moçambique, onde duas Estações estão em fase de implantação, e na Colômbia, onde uma unidade já está em funcionamento e outra em fase de implantação (VALE, 2009a).

Em matéria veiculada no jornal mineiro *Hoje em Dia*³², Flores (2010) apresenta exemplos da experiência da Estação Conhecimento de modelo rural em Paraoapebas, no Estado do Pará. Foi estimado o atendimento de 85 das 120 famílias de agricultores da região nessa unidade. Afirma a jornalista: a Estação oferecerá “alternativas de trabalho e renda por meio da qualificação, formação de empreendedores” (Ibid., p. 8); e, para que haja eficiência dos trabalhos, serão criados centros comunitários e uma escola técnica agrícola os quais têm como objetivo “facilitar a assistência técnica (...) o EC reúne, em um único lugar, atividades de educação, esporte e cultura (Ibid.)”.

Ainda de acordo com Flores (2010), a Estação Conhecimento deixará como legado:

A proposta das ECs é que sejam espaços polos de referência local, por meio do desenvolvimento cognitivo, emocional e físico integrado. Na perspectiva econômica, a Estação estimula o fortalecimento das cadeias produtivas locais. O projeto pretende deixar um legado de conhecimento sistematizado e contribuir para o desenvolvimento da população, a longo prazo, até quando a mineração não estiver mais na região (FLORES, 2010, p. 8).

O modelo das Estações deve ser analisado em sua totalidade concreta. Para análise desse modelo “não tradicional” de educação, deve-se romper a superficialidade das manifestações fenomênicas. Nessa linha, o projeto de formação da Estação do Conhecimento visa educar para a nova sociabilidade, a partir processos não formais de educação.

³² A edição do caderno especial **Eu acredito!** do diário *Hoje em Dia*, de 28 de outubro de 2010, p. 8-11, teve como título da reportagem principal “A vida na Estação”, referindo a esse organismo operacional da FV.

4.4 A FUNDAÇÃO VALE E AS PARCERIAS

As ações educativas da FV envolvem várias parcerias. Reforçando o que foi destacado anteriormente, trata-se de uma orientação que, segundo Giddens (2005, p. 109), visa assegurar “[...] uma nova sinergia entre os setores público e privado, utilizando o dinamismo dos mercados, mas tendo em mente o interesse público”. Em uma perspectiva crítica, isso significa submeter os investimentos sociais aos princípios e às práticas empresariais para difundir, em larga escala, a cultura empresarial como referência da vida social.

Cada programa educativo desenvolvido pela FV é composto por “parceiros” diferenciados, as esferas de poder e organizações da sociedade civil como Universidades Federais, OSCIPs e outras empresas privadas, como os parceiros citados na página 28.

A FV acredita que as parcerias envolvem “O fortalecimento de alianças e a constituição de redes [que] contribuem para a ampliação do potencial transformador daquele território”³³.

A questão social na relação com os negócios da empresa ficam evidentes na seguinte afirmação:

A forte ação social nas comunidades permeia os negócios da Companhia e é efetivada pelas áreas operacionais e pela Fundação Vale do Rio Doce, por meio de programas conduzidos em parcerias com organizações não governamentais (ONGs), instâncias do poder público e sociedade civil (VALE, 2006, p. 76).

A força empresarial associada à promoção do desenvolvimento comunitário é uma constante nos documentos da Fundação. Como exemplo, podemos citar a afirmação do então presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), Robson Andrade:

³³ Disponível em: <<http://www.vale.com>>. Acesso em: 23 out. 2009.

A Vale é uma grande parceira no desenvolvimento de Minas Gerais, tanto do ponto de vista econômico quanto em relação aos compromissos sociais firmados com as comunidades. Propicia oportunidades de negócios e desenvolve as empresas locais. Essa união traz excelentes resultados para os fornecedores mineiros e também para a Companhia, que conta com parceiros mais qualificados e competitivos. A expectativa é que a Vale continue crescendo e que as empresas mineiras cresçam junto, fornecendo não só para os negócios da Companhia em Minas Gerais, mas também no Brasil e no mundo (ANDRADE, 2006 apud VALE, 2006, p. 41).

Na percepção do então Prefeito de Canaã dos Carajás (PA), Joseilton do Nascimento:

A cidade tem um excelente entendimento com a Vale, e 2006 foi um ano especialmente Positivo. As propostas de parcerias no que diz respeito ao desenvolvimento no setor agrícola e a área de segurança. Os projetos sociais, com foco nas populações de baixa renda, também são uma marca dessa aliança. No futuro, espero que haja um diálogo ainda mais aberto. Até 2010, há uma previsão de crescimento do município e, com base nela, valorizaremos ainda mais as parcerias com a Vale (NASCIMENTO, 2006 apud VALE 2006, p. 57).

A percepção sobre a atuação positiva da empresa Vale pode ser traduzida em números sobre investimento. Em 2009, a FV investiu 17% de seus recursos em educação; 12% em cultura; 12% em saúde; 10% outros; 16% em infraestrutura; 14% de treinamento e 18% em relacionamento, totalizando US\$ 200,9 milhões (VALE, 2009a).

Tais ações se destinam ao estímulo e desenvolvimento de capital social e do capital humano. Isso envolve o planejamento de:

[...] ações de médio e longo prazos, baseados em diagnósticos socioeconômicos e integradas a políticas sociais emancipatórias, com metas e indicadores de resultados. Desse modo, estimula o diagnóstico e a transparência para a construção de uma **visão comum**, capaz de integrar esforços em favor de geração de oportunidades locais e da melhor aplicação de recursos, numa convergência de interesses entre as partes envolvidas (VALE, 2009a, p. 78, [grifos nossos]).

Com essa posição, a Fundação Vale:

(...) responde às diversidades das regiões e às suas potencialidades, permitindo a articulação entre o poder público e as empresas. Com isso, integramos as ações dos diferentes agentes em torno de uma visão comum, de modo a maximizar resultados e contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios (VALE, 2009a, p. 78).

Os relatórios indicam que a empresa Vale se preocupa com a perenização das ações de educativas da FV. Nesse sentido, criou, em 2009, o Fundo Vale. Esse fundo tem como característica ser:

[...] um fundo de cooperação que atua em parceria com instituições do terceiro setor com o objetivo comum: deixar um legado positivo e estratégico para as próximas gerações e promover o desenvolvimento sustentável (FUNDO VALE, 2010, [não paginado]).

E possui uma ação: “[...] focada no desenvolvimento socioeconômico das populações locais por meio de melhorias na infraestrutura-física e institucional das regiões compreendidas por nossos projetos” (FUNDO VALE, 2010, [não paginado]).

O Fundo Vale foi programado para cadastrar projetos e selecionar os de maior relevância para a empresa³⁴. Considerando as formulações do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) sobre fundos patrimoniais, o Fundo Vale pode ser interpretado como uma iniciativa que se destina à perenização dos investimentos sociais privados, indicando um maior grau de profissionalização das ações. Um fundo patrimonial se estrutura a partir de valorização do capital por meio de aplicações financeiras de baixo risco. Converte-se em um instrumento de ampliação dos recursos por meio do lucro, de modo a isentar, paulatinamente, a empresa mantenedora de repasses financeiros periódicos à sua fundação³⁵.

³⁴ Outras informações podem ser obtidas no *site*: <<http://www.fundovale.com/categorias/como-ser-parceiro-do-fundo-vale/envio-de-projetos/normas-para-participacao.aspx>>.

³⁵ Para uma leitura crítica sobre os fundos patrimoniais, indicamos a leitura do cap. 6 de Martins (2009).

Concomitante à criação do Fundo Vale, constata-se que há um crescimento no financiamento da FV. Analisando os Relatórios de Sustentabilidade, chegamos aos seguintes dados:

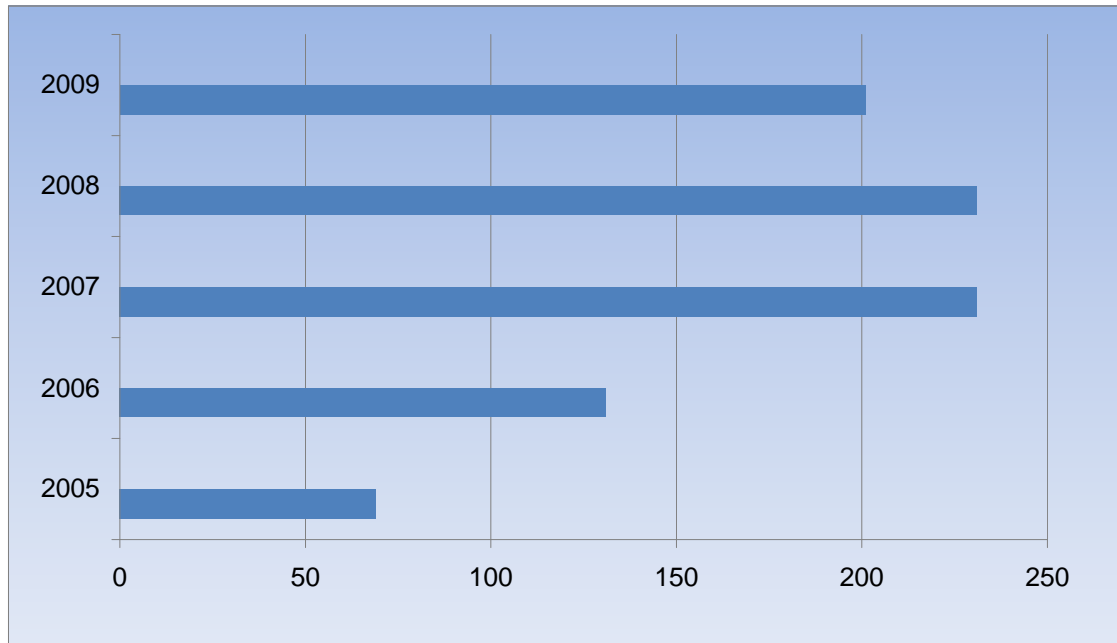


Gráfico 1: Investimento da FV por ano/milhões de US\$.

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade da Vale (2005, 2006, 2007, 2008 e 2009).

Ano	Investimento por ano
2005	US\$ 69 milhões
2006	US\$ 150 milhões
2007	US\$ 231 milhões
2008	US\$ 231 milhões
2009	US\$ 200,9 milhões

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade da Vale (VALE, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009).

A queda de investimentos de 2009 foi justificada pela empresa Vale em função da crise econômica mundial. Mesmo com a redução de 13%, os valores de 2009 ficaram muito acima dos valores praticados nos anos iniciais da atividade da Fundação.

O gerencialismo, como princípio de ordenamento do investimento social privado, algo que reflete o grau de amadurecimento da ação empresarial, pode ser verificado na seguinte afirmação:

[...] o diálogo social como um processo permanente e sistematizado, que requer proatividade e conhecimento mútuo e perpassa todos os negócios e todas as fases dos empreendimentos – desde os estudos

de viabilidade até os processos de encerramento de atividades (VALE, 2006, p. 81).

Com esse procedimento, a FV procura não só oferecer transparência de suas ações, como também difundir o modelo gerencialista no tratamento das questões empresariais.

5 PROGRAMA ESCOLA QUE VALE

O EQV foi iniciado em 2003 por meio de um projeto-piloto desenvolvido em seis municípios dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Maranhão e Pará. Depois da primeira experiência, o programa foi perenizado e ampliado, envolvendo a rede de “parceiros” formada pela Fundação Vale, Secretarias Municipais de Educação e o Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária. A atuação conjunta através da “parceria” é um dos princípios políticos do EQV.

Esse princípio se articula com a própria concepção de educação e de responsabilidades com a educação. Trata-se de uma iniciativa que procura mostrar concretamente, para a sociedade em geral, os elementos de uma nova cultura cívica em que as contradições se reduzem a diferenças que, por sua vez, não impedem haver uma articulação de “todos pela educação”. A afirmação do CEDAC sobre o tema “parcerias” ilustra de forma clara essa perspectiva:

Vivemos um contexto de parcerias bastante apropriado para o desenvolvimento de ações que chamam à responsabilidade e partilha entre muitos que visam ampliar o próprio conceito de educação. Assim, o compromisso do CEDAC e de seus parceiros tem sido o de buscar respostas possíveis para essa nova cultura de aprendizagem (CEDAC, 2004, p. 3).

Na cidade de Governador Valadares (MG), o EQV foi implantado em 2003, a partir desse preceito. Nesse mesmo ano, outros 19 municípios foram mobilizados, ampliando a rede articulada pela FV. Em 2007, esse número subiu para 24 municípios, totalizando o envolvimento de mais de 3 mil profissionais de educação e 94 mil alunos. Em 2010, 27 municípios estavam conveniados com a FV para a implementação do EQV. Isso demonstra a força da FV na definição da política de educação no âmbito municipal.

O Quadro 4 abaixo ilustra o cenário de crescimento do EQV no Brasil:

CRESCIMENTO DO EQV NO PAÍS			
Área geográfica de execução do EQV	População do município	Ano de ingresso no EQV	Casa do Professor/ano de inauguração
Minas Gerais:			
Aimorés	28.168	2.003	2004
Barão de cocais	26.421	2.006	2007
Belo Vale	9.152	2.005	2006
Catas Altas	5.000	1.999	2001
Congonhas	44.947	2.005	2006
Governador Valadares	407.815	2.003	2003
Rio Piracicaba	14.138	2.002	2004
São Gonçalo do Rio Abaixo	8.562	2.006	2006
Maranhão:			
Alto Alegre do Pindaré	35.695	2.003	2003
Açailândia	106.357	1.999	2001
Arari	25.483	2006	Não possui
Itapecuru Mirim	54.573	2009	Não possui
Pindaré Mirim	28.923	2.006	Não possui
Santa Rita	31.033	2.009	Não possui
Vitória do Mearim	30.935	2.009	Não possui
Espírito Santo:			
Baixo Guandu	28.335	2.006	2.006
João Neiva	16.653	1.999	2.001
Pará:			
Barcarena	102.015	1.999	2.002
Canaã de Ipixuna ³⁶		2.001	Não possui
Canãa dos Carajás	30.922	2.002	2.003
Curionópolis	23.875	2.003	2.004
Eldorado do Carajás	43.013	2.003	[2009]
Ipixuna do Pará	36.851	2.004	2.005
Marabá	181.683	1.999	2.001
Ourilândia do Norte	20.053	Indisponível	Indisponível
Paragominas	76.450	2.003	2.003
Parauapebas	133.298	1.999	2.001
Serra Pelada ³⁷	6.000	2.002	2.003

Quadro 4: Crescimento do EQV no país.
Fonte: a autora (2010)³⁸.

O foco prioritário do EQV não se limita aos professores, uma vez que as ações do programa abrangem também os técnicos das Secretarias Municipais de Educação conveniadas, diretores e coordenadores pedagógicos das escolas. A FV

³⁶ Canãa de Ipixuna é distrito de Ipixuna do Pará.

³⁷ Serra Pelada é distrito do município de Curionópolis (PA).

³⁸ O Quadro 4 foi criado pela autora desta dissertação a partir de dados disponíveis no seguinte site: <www.escolaquevale.org.br>. Acesso em: 6 dez. 2010.

(2002) e o CEDAC (2002 a, 2007) acreditam que investir na formação de professores e de especialistas é a melhor forma de se contribuir para a melhoria da qualidade de educação pública do país. Isso fica evidenciado na seguinte descrição do EQV:

(...) a qualificação e a formação continuada de professores com o objetivo de melhorar a qualidade da aprendizagem dos alunos da Rede Pública de Ensino de 1ª a 4ª séries e último ano da educação infantil. Além dos professores e dos alunos, o programa também envolve diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos e supervisores de escolas, além de técnicos das Secretarias de Educação dos municípios (VALE, 2009b, [não paginado]).

A análise do EQV se concentrou em cinco documentos: o Programa do EQV (CEDAC, 2002 a), a revista *Nova Letra* (CEDAC, 2003, 2004), o livro *Ensinar: tarefa para profissionais* (CARDOSO, 2007) e o *Casa do Professor* (2010). Além disso, trabalharemos com as informações presentes na página eletrônica da FV e do CEDAC.

Procuramos analisar os documentos considerando a realidade de Governador Valadares. A escolha desse município não foi aleatória. Governador Valadares é um dos maiores municípios envolvidos no EQV e um dos primeiros a receber o programa. A história do EQV nessa cidade foi iniciada ainda na fase de projeto-piloto, em 2003.

Governador Valadares está localizada na região leste do Estado de Minas Gerais, na mesorregião denominada Vale do Rio Doce, situando-se à distância de 320 km de Belo Horizonte. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³⁹, em 2009, o município possuía uma população de 263.594 habitantes, tendo, predominantemente, uma população urbana. As atividades econômicas se concentram no setor secundário e terciário, com atividade primária pouco desenvolvida. Os dados sobre a Educação Básica revelam que há uma concentração de matrículas na rede pública de ensino com significativa concentração no Ensino Fundamental (44.123 matrículas), seguido pelo Ensino Médio (44.123) e Educação Infantil (5.378), o que segue a tendência de outras

³⁹ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=312770#>>. Acesso em: 8 mar. 2010.

regiões do país. Segundo dados da Secretaria de Educação, a rede municipal de Governador Valadares é formada por 2.122 professores, 37 diretores e 127 coordenadores pedagógicos.

A empresa Vale mantém, em Governador Valadares, parte das atividades de logística, sendo que um de seus parques ferroviários fica localizado no município. Nesse espaço, são realizados os programas de manutenção preventiva e os reparos das composições. A empresa não possui nenhuma atividade mineradora no município. No entanto, Governador Valadares se localiza em uma região estratégica, pois é atravessada pela Estrada de Ferro Vitória-Minas, uma linha férrea que liga um dos polos de extração mineral em Minas Gerais ao porto de Vitória no Espírito Santo, um importante canal de escoamento da produção para a exportação.

Estudar o EQV em Governador Valadares é uma opção metodológica que permite um aprofundamento na realidade concreta. O objetivo deste estudo, portanto, não é isolar o “caso” GV, ao contrário, revelando suas particularidades, queremos produzir elementos que possibilitem ao leitor problematizar, criticamente, as ações empresarias na Educação Básica.

O princípio político da “parceria” em Governador Valadares se apresenta como um caso exemplar. O contrato entre a empresa Vale e a Prefeitura de Governador Valadares foi firmado em 2003, portanto, no decorrer da gestão 2001-2004, composta pela aliança liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Na eleição de 2004, houve uma mudança no Executivo local para o período de governo 2005-2008. Nesse período, o bloco no poder foi liderado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Na eleição municipal ocorrida em 2008, o bloco no poder foi redefinido mais uma vez. As forças políticas organizadas em torno do PT assumiram o poder, mantendo a vigência do contrato com a FV para manutenção do EQV.

Nota-se que a mudança das forças políticas no governo municipal de Governador Valadares não significou nenhuma alteração na manutenção do EQV nesse município. Isso revela que, apesar da polarização entre PSDB e PT com seus respectivos aliados, não envolveu a disputa de projetos de educação. Ao contrário, as forças políticas que disputaram o Executivo Municipal concordaram, e ainda concordam, com a interferência empresarial na educação pública municipal. Isso significa que os principais partidos no Brasil reconhecem o empresariado como formuladores de política de educação.

A posição da direção do Sindicato dos Servidores Municipais (SINSEM) de Governador Valadares, entidade que representa os professores municipais, já que a categoria não possui um Sindicato próprio, reforça esse entendimento. Em entrevista concedida, quando indagado sobre o convênio entre o Executivo Municipal e a FV, o diretor afirmou que: “A gente ficou meio isolado nesse processo da Prefeitura [Governador Valadares] com a Vale. Não fomos convidados a participar desse processo (...) não acompanhamos, não repassam nada”.

Quando questionado especificamente sobre a formação de professores, o diretor respondeu:

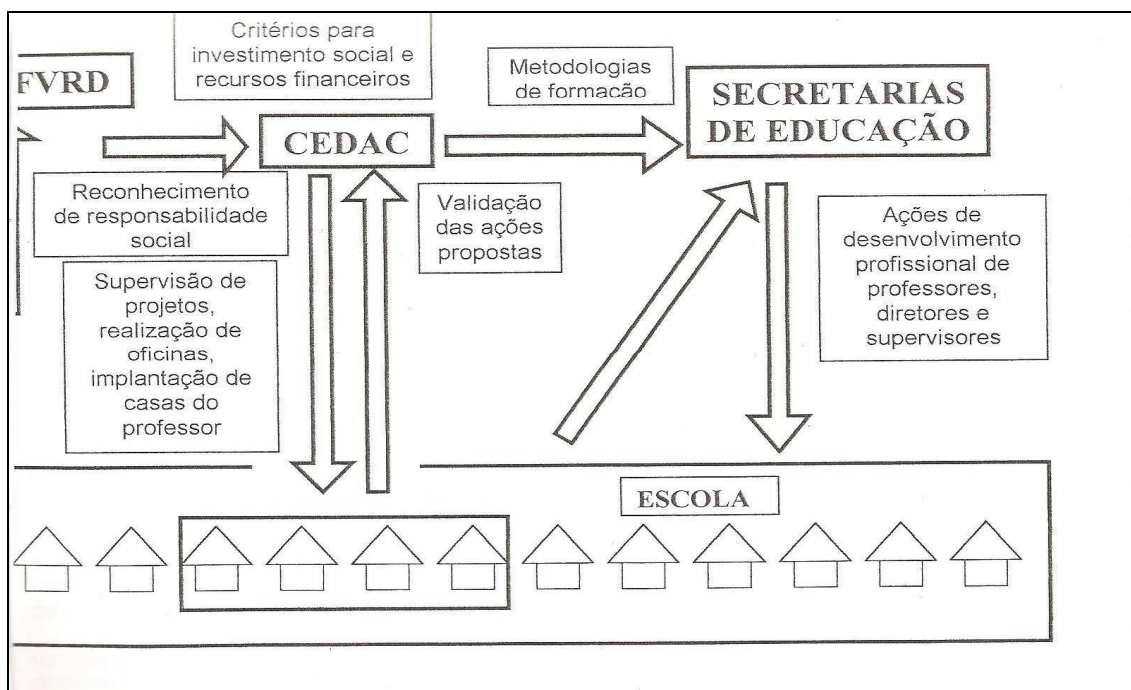
A gente [o sindicato] acha muito interessante qualquer (...) tipo de ação que venha trazer qualquer tipo de aprimoramento, formação do professor, pra gente é interessante. O aspecto negativo é que o sindicato não foi envolvido (...). O sindicato da categoria deveria estar incluído no processo (...).

Os dados obtidos por meio da entrevista revelam que também a entidade a qual representa os trabalhadores não se preocupa com o fato de que a formação de professores seja desenvolvida por uma organização empresarial. Com isso, é possível afirmar que, em Governador Valadares, não se estabelecem, explicitamente, disputas entre projetos de educação. A expressão “todos pela educação”, nesse município, é mais do que um simples *slogan*.

5.1 EQV: JUSTIFICATIVA, OBJETIVO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

A relação entre o Executivo municipal e a FV é assegurada por um “termo de cooperação”. Nesse instrumento legal, as funções são definidas e as atribuições são designadas. O CEDAC não aparece no termo de cooperação, mas se constitui em um importante aparelho para execução do Programa.

O Fluxograma 1, que explicita a divisão de trabalho, é assim apresentado:



Fluxograma 1: Divisão de trabalho.
Fonte: CEDAC (2002a, [não paginado]).

A FV estabelece os parâmetros gerais para o funcionamento do programa (recursos, abrangência, metas gerais da formação humana) e financia as ações do CEDAC e o material didático utilizado nos cursos de formação e para a montagem de bibliotecas. Ao CEDAC cabe a operacionalização do programa, realizando contatos diretos com as escolas e com as Secretarias Municipais de Educação através de oficinas, cursos, reuniões técnicas e pedagógicas. A função das Secretarias é legitimar a intervenção do FV/CEDAC no município, mobilizar o pessoal (técnicos, professores, diretores, coordenadores), fornecer infraestrutura e pessoal local para o funcionamento do programa e prestar informações sobre os resultados de aprendizagem dos alunos obtidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Ministério da Educação. A FV afirma que sua intenção é deixar um legado educacional ao município.

O complexo FV/CEDAC (2002a, 2002b 2007) justifica a ação conjunta para viabilização do EQV nos seguintes termos: é necessário que todos atuem para a promoção da qualidade da educação pública, e, para que isso ocorra, o professor precisa receber formação a fim de desempenhar seu papel com competência.

O EQV se limita ao Ensino Fundamental público. A ênfase do EQV nesse nível de ensino é justificada nos seguintes termos:

(...) [é no Ensino Fundamental que se] gera o compromisso da equipe escolar com a aprendizagem das crianças; garantir a continuidade na escolaridade para todos os alunos; estimular o envolvimento da comunidade e a valorização da cultura local; estimular a tomada de consciência do valor do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida (CEDAC, 2002a, [não paginado]).

Os objetivos gerais do EQV traçados pelo complexo FV/CEDAC são:

- Instituir novo mecanismo de monitoramento das escolas por parte da Secretaria Municipal de Educação (SME).
- Reorganização institucional das escolas (parte pedagógica e administrativa);
- Reprodução da atuação de diretores e supervisores;
- Formação de professores;
- Formação de uma rede de professores e formadores de professores para assegurar o intercâmbio das “boas práticas”.

Especificamente sob as questões pedagógicas, o EQV busca instituir uma nova cultura escolar a partir da definição de novas competências de professores, diretores, coordenadores e técnicos das Secretarias de Educação.

O cronograma de implementação do EQV estabelece duas fases. A primeira inclui a elaboração do projeto local, a cargo do CEDAC, para a formação de professores e diretores. Para cada ação, é estabelecido um tempo médio de execução. Ao todo, a primeira fase foi projetada e realizada em Governador Valadares em três anos.

No segundo ano da primeira fase, destaca-se a criação da “Casa do Professor” – um espaço destinado à realização de cursos de formação e de apoio didático aos professores da rede, através de biblioteca, videoteca e espaços para estudo. A Casa do Professor se converte em “um espaço que articula ações da rede municipal de educação com foco na formação pessoal e profissional, agregando valor aos educadores” (CEDAC, 2010, p. 10). Dados fornecidos pela Secretaria

Municipal de Educação de Governador Valadares referentes a 2010 revelam a utilização desse espaço de formação no Quadro 5 a seguir:

UTILIZAÇÃO DA CASA DO PROFESSOR EM GOVERNADOR VALADARES	
Dados	Números
Materiais empregados	3922 pessoas
Nº de participação em reuniões de formação (DE)	9756 pessoas
Nº de participantes em eventos culturais	407 pessoas
Nº de participantes em aulas de informática	1119 pessoas
Nº de participantes em reuniões de outros setores	704 pessoas
Frequência na biblioteca	514 pessoas
Frequência geral na Casa do Professor	12.800 pessoas

Quadro 5: Utilização da Casa do Professor em Governador Valadares.
Fonte: Departamento de Educação – PMGV⁴⁰ (2010).

Acreditamos que a Casa do Professor possui um valor simbólico significativo, pois facilita a identificação dos professores, coordenadores e diretores com o EQV, legitimando a presença da FV/CEDAC na condução do Programa. A dinâmica de funcionamento das Casas do Professor envolve cursos de formação dos formadores locais, de diretores e coordenadores e de cursos destinados aos professores. A biblioteca e os espaços para pequenas reuniões ou encontros se mantêm abertos durante todo o dia.

Não existe um padrão para a escolha da Casa do Professor. A FV sabe que cada município possui peculiaridades e características próprias. Assim, cabe ao CEDAC orientar o Executivo Municipal na escolha do imóvel a ser alugado, considerando a realidade local. Na análise das fotografias das Casas do Professor contidas na página eletrônica da FV, especificamente a parte destinada ao EQV, ficam evidentes as diferenças locais, podendo-se perceber como a Casa do Professor varia de um município para outro.

A Casa do Professor de Governador Valadares fica localizada na área central do município. Os valores envolvidos no convênio não são revelados pela Prefeitura.

O contrato firmado entre FV e Executivo Municipal define que, após a última etapa do EQV, isto é, após o encerramento do EQV, a Casa do Professor deve ser mantida com os recursos públicos municipais. Em Governador Valadares, a Secretaria Municipal de Educação já assumiu integralmente a Casa, embora o CEDAC continue dando as diretrizes das atividades de formação nesse espaço.

⁴⁰ Prefeitura Municipal de Governador Valadares.

Basta verificar que, em 2010, o CEDAC realizou encontros na Casa do Professor em Governador Valadares com o objetivo de monitorar as ações dos formadores locais e em dois momentos na formação de professores de Língua Portuguesa e de Matemática, totalizando o envolvimento de 156 professores.

Considerando os objetivos traçados pelo complexo FV/CEDAC, a manutenção do EQV em Governador Valadares foi exitosa. Em pouco tempo, a Casa do Professor já havia se consolidado como espaço da formação em serviço dos professores do município. A única meta não cumprida ao longo de todo período foi a viabilização de uma página eletrônica destinada a reforçar ou ampliar aspectos da formação no município.

Apresentamos o Cronograma 1 de implantação do EQV:

				Anos (em média)							
				1	2	3	4	5	6	7	8
	Elaboração de plano de ação local										
	Formação de profissionais em núcleo inicial de escolas	Coord. local	Professores Diretores								
	Oficinas de arte										
	Implantação da Casa do Professor										
	Formação presencial de formadores locais										
Consolidação	Formação à distância de formadores locais										
	Formação de diretores coordenadores										
	Casa do Professor	Oficinas de arte e eventos									
		Website									
		Biblioteca/videoteca									
		Manutenção de instalações									
Apoio à comunidade de profissionais de Educação											

Cronograma 1: Implantação do EQV.

Fonte: CARDOSO, 2007, p. 400.

A FV afirma que o EQV (2002) possibilita a “transformação” das condições de trabalho de professores através da supervisão da docência/gestão realizada pelo CEDAC, participação de reflexões coletivas, participação em oficinas e participação de grupos de estudos (fase mais avançada do programa).

Contudo, nos documentos estudados e no levantamento de dados da realidade, não foi identificada nenhuma mudança real nas condições de trabalho docente. Temas como melhoria salarial, carreira, plano de capacitação e infraestrutura das escolas não estiveram presentes na pauta da suposta transformação das condições de trabalho.

Constatamos que os trabalhadores da educação envolvidos no projeto tiveram sua jornada de trabalho aumentada em função dos cursos, principalmente aqueles que assumiram a tarefa de atuar como replicadores das formulações pedagógicas do FV/CEDAC sem nenhum tipo de compensação financeira. Ao contrário do que foi indicado, o que observamos foi a intensificação do trabalho

docente para aqueles que se envolveram com o projeto, com a manutenção das condições pré-existentes.

Os dados do município de Governador Valadares revelam que a adesão por parte dos professores ao programa foi significativa. Segundo dados oficiais da Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares, 86% das escolas da rede municipal estão vinculadas ao programa. Isso significa que professores, coordenadores e diretores se mobilizam para abraçar as oportunidades de qualificação profissional, apesar dos sacrifícios e das condições de trabalho deficitárias.

A FV repete a prática política que já se tornou comum entre as organizações empresariais que atuam nas questões sociais, qual seja: tomar expressões carregadas de significado histórico e deslocá-las para outro conteúdo sem a mesma correspondência político-social (MARTINS, 2009). Nesse caso, a transformação é uma atitude individual e subjetiva, uma percepção do sujeito, em vez de expressar as mudanças profundas e radicais na realidade vivida. A idealização proposta pela FV limita a mudança a uma vontade que não depende da realidade concreta.

5.2 O EQV: A DIRETRIZ PARA A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

A mobilização dos professores para viabilização do EQV parte de uma constatação sobre a configuração e dinâmica do trabalho pedagógico na atualidade. Sobre esse tema, o seguinte trecho é muito esclarecedor:

Os professores que atuam no ensino fundamental muitas vezes não se sentem profissionais, pois não são vistos como tal, seja na representação que a sociedade faz deles, seja na caracterização das suas situações de trabalho. Ainda existe uma forte ideia de que ensinar é tarefa fácil, que qualquer pessoa dedicada e paciente pode realizar sem grandes dificuldades. Não é considerada a complexidade que tal tarefa envolve: necessidade de conhecimentos, capacidades e práticas específicas (o que de fato configura o ensino como um campo profissional).

A transformação dessa concepção, principalmente por parte dos próprios professores, é fator importante para a mudança das condições de trabalho e da própria organização institucional dos

sistemas educativos que interferem na qualidade de atuação desses profissionais (CARDOSO, 2007, p. 19).

A autora afirma ainda que:

Ao longo dos anos ela [a profissão de professor] foi depreciada de tal forma que os professores que atuam hoje nos sistemas públicos são, em inúmeros casos, eles próprios egressos de uma educação que não lhes garantiu a aprendizagem nem aquilo que todo cidadão necessita saber, nem do que precisam saber como profissionais. Isso se reflete na baixa remuneração que os impede de investir em seu próprio desenvolvimento por meio de cursos, livros etc., como fazem outros profissionais. Com isso o esforço que têm de fazer para produzir um bom trabalho é gigantesco. E é admirável o que muitos conseguem aproveitando o máximo que podem daquilo a que têm acesso. Daí a importância de incluir, como parte dos programas de formação, a disponibilização de insumos intelectuais e culturais sob diversas formas e ações capazes de torná-los permanentes (CARDOSO, 2007, p. 41).

Para o complexo FV/CEDAC, o professorado do Ensino Fundamental vive uma crise social de identidade profissional que repercute na fragilização do trabalho pedagógico com efeitos negativos na formação dos alunos. Assim, o complexo defende que a superação dessa crise exige mudanças culturais profundas as quais devem ser iniciadas pela revisão da própria postura profissional.

As mudanças propostas pelo EQV envolvem, entre outras atitudes, a substituição da cultura do trabalho individualizado pela cultura do trabalho em equipe e a profissionalização do professor por meio da aquisição dos chamados “insumos intelectuais e culturais”, o que significa uma nova cultura profissional (Ibid., 2007)⁴¹.

Os argumentos apresentados pelo FV/CEDAC no âmbito do EQV, ainda que resguardem algumas indicações para se pensar criticamente o trabalho educativo e a condição do trabalho docente na rede pública municipal, quando contextualizados

⁴¹ Especificamente sobre os “insumos culturais”, podemos citar alguns dados obtidos em entrevistas que ajudaram a complementar o desenvolvimento da pesquisa. Indagados sobre os aspectos relevantes sobre os cursos realizados em São Paulo, técnicos da rede municipal de Governador Valadares revelaram que o encerramento da formação culminava com uma “programação cultural”, envolvendo visitas a cinema, ou museu, ou teatro. De fato, é fundamental e indispensável que os professores tenham acesso a bens imateriais presentes em nossa cultura, no entanto, acreditamos que isso não se realiza por meio de acesso a eventos esporádicos ou tópicos. A elevação cultural é algo mais complexo e processual. Provavelmente com salários dignos, os professores não dependeriam dos eventos de “banhos de cultura”.

no debate contemporâneo, tornam-se claros. Desde os anos de 1990, período em que o empresariado promoveu o processo de reestruturação produtiva, as mudanças nos processos de trabalho indicavam a necessidade de um novo trabalhador. Nos estudos de Sennet (1999), é possível observar o que significa a configuração do chamado “trabalhador flexível” – aquele que se torna mais aberto às mudanças, aceita riscos e que assimila o fracasso, mesmo quando não é o culpado pelas crises. Mais recentemente, o empresariado passou a indicar que não basta um novo trabalhador, é necessário um novo “trabalhador-cidadão” (ou “trabalhador-voluntário” ou simplesmente “colaborador”), revelando que, na verdade, segundo Martins (2009), exige-se é uma mudança no padrão de sociabilidade.

Aproximando essa reflexão mais geral para a educação, e considerando que existem iniciativas governamentais e empresariais que indicam a necessidade de um novo perfil de professor, é possível localizar, historicamente, a noção de “cultura profissional” presente no EQV.

Em um diálogo crítico com Loureiro (2001) e Caria (2008), é possível afirmar que cultura profissional é uma noção que serve para designar o conjunto de valores, ideias e práticas comuns manifestadas por um grupo profissional no cotidiano. A cultura profissional seria então o resultado de como o grupo profissional concebe e realiza sua profissão a partir de diferentes mediações que envolvem: a formação inicial e em serviço, a política educacional, a inserção política na comunidade local e na sociedade, considerando as mudanças sociais e econômicas ocorridas em um país e no mundo.

Quando o complexo FV/CEDAC afirma que há uma crise de identidade profissional e que essa crise exige mudanças na cultura profissional, sem relacionar essa suposta mudança às condições objetivas e subjetivas de vida dos professores⁴², o que pretende é, de fato, criar condições para difundir os preceitos do que seria o “professor eficiente” e a “boa prática pedagógica” para uma educação de qualidade de acordo com a perspectiva empresarial de mundo. Nessa perspectiva, o EQV se alinha a outras iniciativas que já estão em curso. Entre elas, é

⁴² De acordo com o Sindicato dos Servidores Municipais de Governador Valadares, ao qual os trabalhadores em Educação do município estão vinculados, o piso salarial para o professor com curso superior e para o pedagogo que cumprem a carga horária de 22h e 30 min de trabalho/semanal é de R\$ 835,78; para o professor com nível superior e pedagogos que cumprem a carga horária de 40h de trabalho semanal é de R\$ 1.480,00, sendo que o diretor possui um piso salarial de R\$ 1.967,42. Dados bem inferiores do salário mínimo do Dieese que, em janeiro de 2011, encontra-se em R\$ 2.194,57.

possível citar: o livro intitulado *Aula Nota 10*, do professor estadunidense Doug Lemov, editado no Brasil em 2010, pela editora Virgília, com o apoio da Fundação Lemann; o projeto “Sala de Aula Estruturada”, que propõe o apostilamento da Educação Básica como receita para melhoria do desempenho do professor também da Fundação Lemann e os pacotes pedagógicos do Instituto Airton Senna, que operam como um receituário de práticas. Em conjunto, esses exemplos indicam o que significa a direção da mudança do perfil do professor dentro da nova cultura profissional.

Considerando esses elementos, concluímos que, com a defesa da “nova cultura profissional”, o EQV busca instituir uma reforma moral e intelectual dos professores municipais para convertê-los em intelectuais orgânicos da classe empresarial, isto é, pessoas com a capacidade de organizar e difundir a visão burguesa de mundo e o novo padrão de sociabilidade.

5.3 FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DO EQV

Os pilares da fundamentação pedagógica do EQV são constituídos por três aspectos: (a) pedagogia das competências; (b) autonomia do professor; (c) novas atitudes pedagógicas. O complexo FV/CEDAC espera ser possível deixar um legado à educação pública municipal ao difundir esses fundamentos na formação de novos professores. A seguir, apresentaremos uma análise sobre cada um dos pilares.

Para o EQV, algumas premissas articulam o conjunto dos fundamentos. É a presidente do CEDAC quem melhor explicita essas premissas: (i) ensinar é tarefa de profissionais, portanto, os docentes são atores fundamentais nesse processo; (ii) o movimento de formação desses professores deve ser sistematizado de maneira que envolva toda a equipe escolar (professores, diretores, técnicos das secretarias e supervisores); (iii) a formação deve acontecer no local de trabalho a partir das experiências; (iv) e a educação de qualidade precisa ser comprovada por meio de resultados objetivos; (v) é a responsabilidade individual que acarretará, em última instância, mudanças significativas (CARDOSO, 2007).

5.3.1 Sobre a pedagogia das competências

O EQV estabelece como prioridade no campo pedagógico a reflexão sobre a própria prática. Na visão da Presidente do CEDAC, isso significa que o professor deve repensar o seu trabalho a partir de um processo permanente de autoanálise, visando estabelecer novas ações (CARDOSO, 2007). Para o FV/CEDAC, o movimento de ação-reflexão-ação é o que possibilita a qualificação do “novo professor”.

O Programa [EQV] assume a ideia de que o professor pode desenvolver sua competência profissional no próprio processo de construção e reconstrução de sua prática reflexiva, na medida em que a supervisão de seu trabalho, a tematização de situações que correspondam ao modelo que se está propondo, a resolução de situações-problema, a sistematização de conhecimento didáticos, o estudo de textos teóricos configuram-se como estratégias centrais do trabalho dos formadores (CEDAC, 2002a, [não paginado]).

Para assegurar essa mudança, o EQV implementa os chamados “projetos didáticos” sob a tutoria de uma equipe de professores treinados pelo CEDAC:

O desenvolvimento de projetos didáticos pelos professores, acompanhado pelos formadores, favorece, portanto, a reflexão sobre a prática apoiada em dois pilares que se inter-relacionam: a transformação das práticas e a construção de uma perspectiva didática explícita a partir da qual se analisa a prática e a faz avançar (CEDAC, 2002a, [não paginado]).

Dessa forma, o complexo FV/CEDAC considera que o EQV:

[atua] como desenvolvimento profissional na medida em que este configura-se como um processo no qual o professor produz conhecimentos a partir da transformação, da reflexão sobre a prática, da busca de fundamentação teórica para questões enfrentadas no exercício da profissão e da construção de uma perspectiva didática a

partir da qual se possa reconceitualizar a prática – processo gradual em que, a cada passo, os conhecimentos adquiridos permitem interpretar em outras perspectivas, experiências e questões que antes não eram observáveis (CEDAC, 2002a, [não paginado]).

O enunciado da ação-reflexão-ação que denota movimento e autoconhecimento – uma espécie de “conhece-te a ti mesmo” – pode ser tomado como uma referência importante para o processo de formação a serviço de professores. Entretanto, acreditamos que esse autoconhecimento precisa ser ordenado a partir de um método que permita ao professor se localizar enquanto um ser histórico condicionado culturalmente. Isso implica que o movimento do pensamento que vai do concreto-real para o concreto-pensado exige procedimentos que não são espontâneos, ao contrário, demandam certa rigorosidade metodológica. O autoconhecimento, por meio da ação-reflexão-ação, que parte do indivíduo e retorna ao indivíduo sem mediações consistentes com o real, tal como propõe o EQV, tende a propor uma leitura falseada ou parcial de si mesmo e do mundo.

Identificamos que esse é o problema da ação-reflexão-ação proposta pelo EQV, pois sua base pedagógica se sustenta naquilo que Saviani (1999) denominou Pedagogia da Existência. Isto é, uma teoria pedagógica a qual se baseia na experiência pela experiência, no máximo, com mediações mais imediatas sem, contudo, assegurar que essas mediações ultrapassem o plano imediato da realidade vivida. Para Duarte (2003), a Pedagogia da Existência foi atualizada e revigorada pela pedagogia das competências. No caso do EQV, significa tomar a noção do “aprender a aprender” como fundamento pedagógico da autorreflexão.

No eixo do “aprender a ser” um novo profissional, o EQV estabelece que os professores em formação devem se apropriar dos chamados “insumos intelectuais”. Verificamos que tais insumos são constituídos pelo domínio dos: (a) conteúdos de ensino-aprendizagem da área de Língua Portuguesa nas séries iniciais do Ensino Fundamental (leitura, escrita e oralidade); (b) conteúdos de formação docente vinculados à prática profissional⁴³; (c) conteúdos de formação docente vinculados à área de Didática (objetos de ensino, planejamento, avaliação e processo de ensino-

⁴³ Esse enunciado pretende afirmar que, para ensinar a ler, a escrever e a se comunicar oralmente, o professor deve ser um bom leitor, escritor e comunicador oral.

aprendizagem) e (d) competência para trabalhar em equipe (saber ouvir, propor e debater).

Considerando o item “d”, o programa EQV procura indicar que o trabalho pedagógico precisa ser um trabalho compartilhado, que o isolamento é ruim para os alunos, para a escola e para os próprios professores. A competência de trabalho em equipe visa proporcionar meios para que os “talentos individuais” sejam somados a fim de produzir algo maior que um indivíduo isolado é capaz de realizar. A competência do trabalho em equipe visa gerar uma superação de posições conflitantes e uma acomodação de todos dentro de uma única perspectiva. Trata-se de uma estratégia para aumentar a produtividade do trabalho pedagógico pela mobilização direta dos professores e gestores em uma única concepção de educação. Mesmo que a perspectiva seja a de unificar todos em torno de uma única concepção de educação, a equipe continuará sendo a soma das individualidades e não a construção de uma coletividade.

Em relação aos itens “a”, “b e “c”, as definições do EQV procuram indicar que as fragilidades da formação geral na Educação Básica e da formação profissional obtida no curso de Magistério ou nos cursos de Licenciaturas precisam ser superadas. A proposta é sanar as deficiências gerais e específicas de formação através de cursos de curta duração, recuperando o professor de modo que suas dificuldades no domínio de conhecimentos básicos e específicos relacionados ao seu trabalho não impacte negativamente na formação dos alunos. O problema é que as definições contidas nos documentos da FV/CEDAC indicam que o que os professores em formação devem (re)aprender se limita ao estritamente necessário, em que os conhecimentos são selecionados ao estritamente necessário.

O diagnóstico do EQV sobre as deficiências de formação básica e geral dos que ingressam na carreira docente é um dado real e preocupante. Entretanto, a questão que merece ser problematizada é se os cursos de curta duração realizados pelo EQV centrados no estritamente necessário e as condições dadas aos professores para participação nesses cursos são, por si só, suficientes para sanar problemas tão complexos gerados pela dinâmica e pelo conteúdo da política educacional brasileira das últimas décadas e seus reflexos nos processos de formação inicial de professores.

O que está em jogo, portanto, é a questão da meritocracia. Se com uma formação minimalista o professor consegue elevar o coeficiente de aprendizagem

dos alunos de forma comprovada nas avaliações de larga escala, confirma-se o mérito, a competência e o empenho, independentemente das questões objetivas.

Considerando que há um forte movimento no Brasil para se vincular o salário do professor ao rendimento do aluno – isso já vem sendo realizado na rede estadual de Minas Gerais e na rede estadual de São Paulo –, a pedagogia das competências se apresenta aos professores como aquela que traz objetividade à formação, deixando claro o que ele (o professor) deve “saber fazer” para ter um bom resultado e um salário melhor. Desse modo, a autoanálise é uma forma de reforçar o pragmatismo pedagógico, algo que contribui para a alienação do professor em seu próprio processo de trabalho.

Considerando que a qualidade do ensino se estrutura a partir de uma formação básica e profissional dos professores, pelas condições objetivas de valorização do magistério (planos de cargos e salários, políticas permanentes de capacitação), pelas condições de trabalho oferecidas nas escolas, como indicado por Gatti (2009), é possível afirmar que a fundamentação do EQV na Pedagogia da Existência (ou das competências) se constitui como um sério problema para a formação continuada.

Nesse sentido, avaliamos que a perspectiva de formação estabelecida pelo EQV, no que se refere à produção da “nova atitude profissional” ou mesmo de uma “nova cultura profissional”, é, na verdade, um paliativo que não enfrenta os reais problemas da Educação Básica do Brasil e, de modo particular, de Governador Valadares. Desse modo, a referida “nova atitude profissional” vai depender mais da capacidade de superação individual de cada professor do que das condições objetivas que potencializam a qualificação para o trabalho docente.

Considerando que a pedagogia das competências procura estabelecer uma objetividade sobre o “fazer”, negando, portanto, uma formação mais ampla e complexa baseada nos conhecimentos considerados mais importantes para orientar as escolhas e ações (RAMOS, 2000), a perspectiva de elevação do nível intelectual do professor se limita a prepará-lo a fim de torná-lo aberto às novas exigências educacionais oriundas do pensamento empresarial.

Isso significa que o humanismo pedagógico contido no EQV se traduz na prática social concreta como obstáculos à compreensão real de como os homens vivem e produzem as condições de vida. Isso porque os preceitos humanistas da pedagogia das competências são despidos de historicidade, impedindo a

compreensão dos valores e das condutas humanas na dinâmica contraditória da sociedade capitalista. Sob essa orientação, ainda que os cursos do EQV valorizem a qualidade, fica evidenciado que essa noção se restringe a uma perspectiva muito restrita.

Buscando inspiração na tese de que “somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos” (GRAMSCI, 1999, p. 94), é possível afirmar que a finalidade dos cursos do EQV fundamentados na pedagogia das competências não está comprometida com a elevação da formação do trabalhador docente, envolvendo o fortalecimento de sua capacidade de compreensão crítica da educação e das relações sociais existentes, mas sim a consolidação de um conformismo pedagógico e político que traduz os fundamentos ético-políticos e técnico-científicos do projeto hegemônico de sociedade.

5.3.2 Sobre a “autonomia do professor”

O EQV defende a importância da autonomia do professor para o exercício profissional como base da nova cultura profissional:

É importante promover o desenvolvimento de competências que permitam ao profissional uma relação de *autonomia no trabalho, criando propostas de intervenção pedagógica, lançando mão de recursos e conhecimentos pessoais e disponíveis no contexto*, integrando saberes, sensibilidade e intencionalidade para responder a situações reais, complexas e diferenciadas (CEDAC, 2002a, [não paginado], grifos nossos).

A atividade docente demanda a construção de uma série de conhecimentos e *competências* por parte do profissional. Exige uma postura reflexiva para que possa compreender as questões envolvidas no trabalho, identificá-las e resolvê-las, tomar decisões e responsabilizar-se pelas opções feitas (CEDAC, 2002a, [não paginado], grifos nossos).

Desse modo, o professor deve identificar possibilidades e fazer escolhas, assumindo os ônus e os bônus gerados por essas escolhas. A estruturação do EQV é delineada nos seguintes termos:

[...] essa proposta organiza-se a partir de uma concepção de níveis de conhecimento que vão se desenvolvendo por meio de processos construtivos de ação-reflexão-ação num espiral e, em função disso, inclui o tempo necessário para que os professores, mediante assimilações sucessivas, possam dar continuidade as suas aprendizagens e ao desenvolvimento de sua autonomia profissional (CEDAC, 2002a, [não paginado]).

Para formar a competência da autonomia, o EQV estabelece, em sua metodologia, um “cardápio de projetos” – sugestões de práticas de ensino que o professor deve escolher para ordenar o seu trabalho. A autonomia significa, então, saber escolher que item do “cardápio pedagógico” se encaixa melhor na necessidade de aprendizagem dos alunos. O cardápio contém uma estrutura pronta com justificativa, orientações de trabalho e também sugestões de atividades, bastando o professor escolher um dos temas. Eis alguns exemplos de temas contidos no cardápio aplicável ao primeiro ciclo do Ensino Fundamental: *As paisagens do lugar Onde Vivo; As receitas da Minha Terra...; Jornal; Narrativas literárias – causos; Narrativas literárias – contos de fadas; Narrativas literárias – lendas; Pequena enciclopédia; Quem canta, seus males espanta...; Quem recita, seus males evita...; Um museu temporário.*

Mas, como falar em autonomia se toda formação é balizada em manual de instruções? Como pensar “autonomia” se o professor é orientado a cumprir procedimentos padrões?

A autonomia exige a possibilidade de escolhas de perspectivas pedagógica, política e filosófica (FREIRE, 1996), uma visão diferente da apresentada pelo programa. Autonomia, portanto, é um processo complexo que se conquista na medida em que o sujeito faz escolhas conscientes e toma posições a partir de uma visão coerente com a concepção de mundo e de educação que defende. Não é isso que propõe o EQV.

5.3.3 Sobre as novas atitudes pedagógicas

O EQV estabelece que o professor deve melhorar o seu padrão de leitura e escrita para desempenhar seu papel com desenvoltura. Para tanto, o professor deverá ser capaz de mudar seu comportamento de leitor/escritor. A questão central para o EQV se refere à capacidade de o professor consolidar técnicas de leitura e da escrita para que, assim, possa formar adequadamente seus alunos (CEDAC, 2002a). Afirma-se que:

[...] é importante que durante todo o processo os professores tenham a oportunidade de refletir sobre suas próprias estratégias como leitores e produtores de textos, de ler, estudar e analisar criticamente diferentes materiais bibliográficos (científicos e literários), de compartilhar estratégias de estudo, de compartilhar suas experiências com outros profissionais fazendo uso da comunicação oral sobre seu próprio trabalho etc. (CEDAC, 2002a, [não paginado]).

Para o EQV, é fundamental que:

[os professores] sintam necessidade de aprofundar e atualizar seu saber permanentemente; valorizem como situações de aprendizagem a discussão frequente com outros profissionais e a busca de bibliografias em função da apropriação dos fundamentos do que fazem e invistam na própria formação enquanto leitores e escritores, em função da construção de sua autonomia profissional (CEDAC, 2002a, [não paginado]).

Não acreditamos que a consolidação de novas habilidades de leitura seja suficiente para que o professor realize uma “leitura do mundo” nos termos defendidos por Freire (1996). Fazer uma “leitura do mundo” significa tratar cada texto (poema, conto, romance, etc.) como expressão particular de uma visão de mundo; significa confrontar as perspectivas, identificar as contradições, analisar as posições e verdades veiculadas; em síntese, ler o mundo significa ler a produção

textual no contexto histórico de sua criação. É ler e escrever o texto/mundo considerando a realidade manifestada em múltiplas dimensões.

Apesar de o complexo FV/CEDAC afirmar a importância de se **analisar criticamente diferentes materiais bibliográficos**, como citado acima, não existem indicações de que no âmbito do EQV sejam disponibilizadas referências conceituais e metodológicas para uma análise crítica do mundo social.

Participar de forma efetiva do “mundo letrado”, na atualidade, exige muito mais do que saber juntar letras, formar sílabas e palavras. Exige reconhecer que vivemos em uma sociedade de classes e identificar a nossa própria condição de classe. Isso vale também para o professor.

Essas atitudes seriam alcançadas com mais praticidade e com mais empenho se os professores não esbarrassem nas condições objetivas de existência, como a jornada dupla de trabalho, que impede uma dedicação aos estudos. A formulação contida no EQV não ultrapassa o plano da idealização. Um professor leitor/escritor é, indubitavelmente, necessário. Contudo, a leitura e a escrita, para se consolidarem como referência nos termos de superação das formas mecânicas de ler e escrever, envolve condições objetivas e subjetivas que o curso não é capaz de estabelecer e muito menos de propor.

5.4 SOBRE A METODOLOGIA DA FORMAÇÃO

Sobre a metodologia da formação de professores, o FV/CEDAC estabelece que:

O trabalho de formação tem que gerar situações que propiciem ao professor: organizar o discurso sobre a prática; adquirir um nível de reflexão que passe pela interpretação de episódios da prática; teorizar sobre o ocorrido de forma a promover uma reconstrução e alteração da prática [...] (CEDAC, 2002a, [não paginado]).

Isso envolve uma ação direta de profissionais (professores da rede municipal) com experiência capaz de assumir a condição de supervisor da formação.

A metodologia do programa envolve a “formação de educadores no trabalho cotidiano das escolas, com reflexão sobre a prática orientada por formadores especializados, constituindo uma cultura profissional de trabalho em grupo (CARDOSO, 2007, p. 396) sustentados por “equipes colaborativas” formadas em cada município. A chamada equipe colaborativa é formada pela “equipe local de formação” (trabalhadores da educação do município) juntamente com aqueles que estão sendo formados. A ideia das equipes colaborativas não é constituir um coletivo de trabalhadores reunidos por um projeto de educação comum, mas, sim, formar uma equipe capaz de executar um projeto de educação e viabilizar “uma cultura profissional nas escolas” (Ibid., p. 325).

A chamada “equipe local de formadores” é concebida como uma tática política de baixo custo. Em vez de trazer o “estrangeiro” para formar os professores e demais trabalhadores da educação – um sujeito que não conhece a realidade local e não fala a linguagem do lugar – formam-se intelectuais do próprio município – que sentem e que, após treinados, compreendem – para traduzir no âmbito local o projeto de educação da FV/CEDAC. A presidente do CEDAC afirma que:

[...] é preciso formar professores, no entanto, é preciso que a formação de professores não seja um fim em si mesma, mas acima de tudo, uma oportunidade para formar também formadores de professores. Ou seja, transformar a formação dos professores num Laboratório prático que favoreça a formação de quadros locais, que assumam a liderança técnica da formação permanente na rede, incluindo aqui a formação de diretores e técnicos de secretaria de educação (Ibid., p. 325).

A perspectiva é de que os formadores locais se mantenham ao final do EQV como difusores permanentes da concepção pedagógica empresarial. O trabalho dessas pessoas consiste na observação direta e acompanhamento efetivo *in loco* dos professores mobilizados no EQV, auxílio no planejamento de situações didáticas a serem realizadas em sala de aula pelos professores; organização de simulações de ensino próximas às que o professor vivenciará em sala de aula com seus alunos para sedimentar a concepção pedagógica. Esses intelectuais são monitorados e municiados com um material instrucional que detalha indicações que vão desde a

preparação de Planos de Aula, passando pela postura do professor em sala, até chegar a um receituário de como o diretor deve exercer o seu cargo na escola.

Considerando as fragilidades da formação inicial e da ausência de políticas públicas de formação continuada no âmbito municipal, o EQV se apresenta como uma saída para suprir as deficiências históricas e atuais na educação escolar. Além disso, a forma coerente e organizada como o programa é estruturado e conduzido, de um lado, e o novo senso comum que se instalou no país, de outro, afirmando que vivemos um novo mundo, e valorizando o pacto social (ou concertação social) entre forças políticas que até há bem pouco tempo eram antagônicas, criaram um terreno fértil para haver a expansão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos apresentados neste estudo procuram indicar que o pensamento pedagógico empresarial vem procurando totalizar na prática social concreta uma visão hegemônica de educação e de sociabilidade, tal como propõe o neoliberalismo da Terceira Via. O complexo formado pela Fundação Vale e CEDAC é somente um dos sujeitos políticos coletivos que atuam na difusão de um novo senso comum na educação e na política. A primeira conclusão a que chegamos é a de que a ampliação dos estudos sobre organizações e projetos empresariais para a educação constitui um desafio ainda maior na atualidade.

No plano mais específico, procuramos revelar que o EQV, de maneira sutil, difunde novas referências pedagógicas para transformar os trabalhadores em educação em difusores e organizadores da concepção dominante de mundo por meio do trabalho pedagógico realizado no âmbito escolar. Assimilando esses trabalhadores e diante de movimentos políticos de resistência que podem explicitar as contradições, a Fundação Vale legitima não só a empresa Vale, mas também toda a classe empresarial como aquela que é capaz de dirigir a sociedade para o crescimento econômico com desenvolvimento social. Assim, o efeito político de programas como o EQV vai muito além das implicações diretas na educação escolar, pois reforçam a pedagogia da hegemonia, legitimando uma concepção de mundo e de sociabilidade. Os papéis dos professores, coordenadores e diretores envolvidos no EQV ultrapassam a formação técnico-científica e a ético-política no Ensino Fundamental. Elas devem atingir, ainda que por diferentes mediações, o plano mais geral das relações sociais por meio da legitimação do novo senso comum. Nesse sentido, a expressão “todos pela educação” – empresas, governos municipais, professores, pais de alunos –, algo que a Fundação procura legitimar, é muito mais do que um *slogan*, é uma construção política a qual sinaliza que as lutas de classe não fazem mais sentido, o novo tempo seria o da unidade de todos os indivíduos em nome do bem-comum. Nesse caso, concluímos que a noção de “parcerias” materializada, por exemplo, na Casa do Professor, é uma construção política importante que sinaliza a direção do que é progresso ou prosperidade.

Considerando que a Fundação Vale se articula no movimento da responsabilidade social e que esse movimento é organizado no Brasil pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, podemos afirmar que a rede empresarial para difusão da nova pedagogia da hegemonia é forte e coesa, com raízes profundas na sociedade civil e na aparelhagem estatal. Diante disso, a construção contra-hegemônica capaz de enfrentar a responsabilidade social e a classe que a articula é cada vez mais escassa. Exemplo disso é o movimento “Atingidos pela Vale”, que apresenta dificuldade não só para disputar posições, como também para enfrentar obstáculos a fim de dar visibilidade a sua pauta política.

Enquanto isso, o empresariado ganha novos espaços e importância política: a Vale estabeleceu uma “ação conjunta” com o governo do Estado de Minas Gerais em março de 2011, envolvendo R\$ 43 milhões, para viabilizar, no âmbito do Estado, o Programa de Educação Profissional (PEP), oferecendo 30.902 novas vagas para jovens mineiros.

A opção por tomar a realidade de Governador Valadares como exemplo das ações empresariais foi somente um recurso de pesquisa que não encerra a possibilidade de outros estudos que aprofundem a explicação da realidade local. O caso Governador Valadares nos parece exemplar, sobretudo por se tratar de uma cidade de médio porte, onde os trabalhadores possuem representação sindical e há uma polarização entre forças partidárias no país – PT x PSDB. A ausência de um movimento contra-hegemônico em Governador Valadares é um dado significativo e ao mesmo tempo preocupante considerando que esse município pode ser tomado como um laboratório.

Nossa expectativa é que este estudo contribua para trazer mais elementos sobre a problemática da nova pedagogia da hegemonia na educação escolar, que novas investigações sobre programas educativos empresariais sejam realizados e que, nesse processo, uma vontade coletiva contra-hegemônica comece a nascer.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gioavanni. *O novo precário mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2005.

AGNELLI, Roger. Escola que Vale. In: CARDOSO, Bia (Org.). *Ensinar: tarefa para profissionais*. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 9-10.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 9-23.

ANDRADE, Flávio Anício. O intelectual urbano como “cidadão-funcionário”: voluntariado corporativo como nova prática pedagógica do capital. In: 32ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED. Caxambu. 2009. *Anais...* Caxambu, MG. 2009.

ATINGIDOS pela Vale, 2010. Disponível em:
<<http://atingidospelavale.wordpress.com/>>. Acesso em: 16 abr. 2010.

BIONDI, Aloysio. A Vale do Rio Doce, retrato de um país. In: *O Brasil Privatizado II: o assalto das privatizações continua*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 16-18.

BOITO Jr., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Sociedade Civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: _____; WILHEIN Jorge; SOLA, Lourdes (Org.). *Sociedade e Estado em transformação*. [S.l.]: UNESP/ENAP, 1996. p. 67-116.

_____. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Cadernos MARE da Reforma do Estado*. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997a.

_____. Organizações Sociais. *Cadernos MARE da Reforma do Estado*. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997b.

_____. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Org.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: UNESP/ENAP, 1999.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos Do Estado Patrimonial ao Gerencial. In: PINHEIRO, Wilhelm; Sachs (Org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p. 222-259.

_____. O novo desenvolvimento e a ortodoxia convencional. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

CAMBA, Salete Valesan. *ONGs e escolas públicas: uma relação em construção*. São Paulo: Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

CARIA, Telmo H. A cultura profissional: reconfiguração do trabalho técnico-intelectual e o profissionalismo nas sociedades pós-industriais. In: VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. Lisboa, Portugal, 25 a 28 de junho de 2008. *Anais...* Universidade Nova de Lisboa. Portugal, 2008.

CEDAC. Programa Escola que Vale. *Formação de Professores*. São Paulo, SP: CEDAC, 2002a.

_____. *Livro do Diretor: espaços e pessoas*. São Paulo: CEDAC, 2002b.

_____. *Revista Nova Letra*. São Paulo: CEDAC, 2003.

_____. *Revista Nova Letra*. São Paulo: CEDAC, 2004.

_____. Disponível em: <<http://www.cedac.org.br/default.asp>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

_____. *Livro Casa do Professor*. São Paulo: CEDAC, 2010.

CARDOSO, Beatriz (Org.). *Ensinar: tarefa para profissionais*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

CHAVES, Eduardo O. C. O liberalismo na política, economia e sociedade e suas implicações para a Educação: uma defesa. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís C. *Liberalismo e educação em debate*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 1-60.

COMPANHIA VALE DO RIO. Relatório de Sustentabilidade. Rio de Janeiro: RJ, 2005.

_____. Relatório de sustentabilidade, 2006.

COMPANHIA VALE DO RIO. Cia divulga balanço social no Rio. *Gazeta Mercantil*. Disponível em: <<http://indexet.investmentosenoticias.com.br/arquivo/2001/06/12/123/VALE-DO-RIO-DOCE-Cia-divulga-balanco-social-no-Rio.html>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHESNAIS, François. *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*: São Paulo, SP: Boitempo, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DONALD JÚNIOR, Stewart. *O que é liberalismo?* Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1988.

DUARTE, Newton. *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?* São Paulo: Autores Associados 2003.

FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

FLORES, Valéria. A vida na Estação. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, p. 8-11, 28 out. 2010. Caderno Especial. Eu acredito!

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da Dialética Materialista Histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1991. p. 70-90.

_____. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1996.

FUNDAÇÃO VALE, 2010. Disponível em: <<http://www.vale.com/vale/media/FolderFunda%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2010.

FUNDO VALE, 2010. Disponível em: <<http://www.fundovale.com/categorais/o-fundo-vale/objetivo.asp>>. Acesso em: 3 nov. 2010.

GATTI, Bernadete Angélica (Org.). *Professor do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: Unesco, 2009.

GIDDENS, Anthony. *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da sociodemocracia*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *A Terceira Via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GODEIRO, Nazareno et al. *Vale do Rio Doce: nem tudo que reluz é ouro, da privatização à luta pela reestatização*. São Paulo, SP: Sundermann, 2007.

GRACIOLLI, Edilson José. Responsabilidade social: possibilidades, limites e significados. In: V WORKSHOP EMPRESAS, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE – O MUNDO EMPRESARIAL E A QUESTÃO SOCIAL, 2006, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: PUC, 2006.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

_____. *Cadernos do cárcere: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000. v. 2.

HAYEK, Fredrich August. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura – Instituto Liberal, 1997.

KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2002.

LEMOV, Doug. *Aula Nota 10*. São Paulo: Virgília, 2010.

LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís C. *Liberalismo e educação em debate*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

LOPES, Kátia. *Educação pública como nicho de investimento social privado*. 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010.

LOUREIRO, Carlos. *A docência como profissão. Culturas dos professores e a (in) diferença profissional*. Porto, Portugal: Asa Editores, 2001.

MACIEL, Luiz. Projetos trazem bons dividendos. 2010. Disponível em <http://200.225.83.165/saladeimpresa/_newsimagens/news_20242_2.jpg>. Acesso em: 10 nov. 2010.

MARTINS, André Silva. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2009.

MARTINS, André Silva. Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo da Terceira Via. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo, SP: Xamã, 2005.

MARTINS, Lília A. de Toledo Piza. As novas práticas de Gestão Pública: uma proposta de sistematização. In: BALSÀ, Camuro; BONETI, Lindomar; SOULET, Marc-Henry (Orgs.) *Política Pública e responsabilidade transnacional*. Ijuí: Unijuí, 2009.

MARX, Karl. *18 Brumário*. São Paulo: Paz e Terra. 1997.

_____.; ENGELS, F. *O Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Sílvia Santana. São Paulo: Martin Claret, 2008.

_____. *Ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Os homens de ferro: estudo sobre os trabalhadores da Vale do Rio Doce em Itabira*. Rio de Janeiro, RJ: Dois Pontos, 1986.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Educação e política no Brasil de hoje: liberalismo e educação em debate*. São Paulo: Cortez. 1995.

_____. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo, SP: Xamã, 2005.

_____. Propostas educacionais em disputa. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luis C. (Orgs.). *Liberalismo e educação em debate*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 205-224.

_____. PRONKO, Marcela A. (Org.). *O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, RJ: EPSJV, 2008.

_____. Políticas sociais contemporâneas: teses para discussão. *Políticas Públicas e Serviço Social*, Rio de Janeiro, set./out. 2008. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>> Acesso em: 23 abr. 2010.

_____. (Org.). *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2010.

PACTO GLOBAL. Disponível em: <www.unglobalcompact.org>. Acesso em: 5 maio 2010.

PERONI, Vera Maria Vidal. *Políticas educacionais e a relação público/privado*. 32 Reunião anual da ANPED. Trabalho encomendado. G T 15. Caxambu, MG, 2009.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1985.

RAMOS, Giovane; SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes. Valer (Vá ler?): formação de trabalhadores sob a ideologia do mercado na Universidade Corporativa da Vale. *Trabalho Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 283-302, jul./ago. 2008.

RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptações*. São Paulo: Cortez, 2000.

RODRIGUES, José. *O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez, 1999.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TOMAZ, Adriane Silva. *Projeto de parcerias empresa-escola: a intervenção direta do empresariado na educação escolar das massas trabalhadoras. Uma análise do programa de ensino de qualidade da Fundação Belgo-Mineira*. 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

VALE. Relatório de sustentabilidade, 2007.

_____. Relatório de sustentabilidade, 2008.

_____. Relatório de sustentabilidade, 2009a.

_____. Disponível em:

<<http://www.vale.com/vale/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=214>>.

Acesso em: 22 abr. 2009b

_____. Sustentabilidade. *Revista Época*, São Paulo, n. 644, p. 83, set. 2010.

VON MISES, Ludwig. *Liberalismo: segundo a tradição clássica*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.